



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovidio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 18.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1994
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Cezar Silvestri, Carlos Simões, Domingos Carvalho, Ernani Pudell, João Preis, José Arthur Ritti e Namir Piacentini (07). Em licença o Sr. Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 039/94
Senhor Presidente.

Solicito justificativa à minha ausência na Sessão Ordinária desta Casa de Leis no dia 21 de Março de 1994 por me encontrar em uma audiência com a direção da ITAIPU Binacional e Comissão de Ilhéus de Rio Paraná, em Foz do Iguaçu.

Sendo o que se apresenta para o momen-

to, reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 21.03.94
(a) OVIDIO CONSTANTINO

Telex:

TELEX

Senhor Presidente.

Externamos V. Exa. nossos sinceros agradecimentos pela aprovação projeto de lei estendendo aos servidores lotados unidades saúde vinculadas universidades estaduais (unidades atendimento ininterrupto população). A gratificação atividade específica (CAE). Parabenizamos V. Exa. e demais ilustres membros Assembléia Legislativa do Paraná, pela referida medida, que vem propiciar melhores condições atuação trabalhadores área saúde nosso Estado.

(a) ÁLVARO JABUR

Diretor Sup. do Hospital Universitário
Regional Norte do Paraná

Indicação:

INDICAÇÃO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, indica os Deputados Luiz Henrique Bona Turra como Titular e o Deputado Domingos Carvalho, como Suplente, para constituir Comissão Parlamentar Especial encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná de métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 057/94, Mens. nº 013/94, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina (QOPM Fem).

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 058/94, Mens. n° 013/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar ao SEDU.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 742/93, de autoria do Deputado Renato Adur, que dispõe sobre a criação do Município de Nova Laranjeiras, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 071/94, Mensagem n° 020/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o aumento do funcionalismo público a partir de 01.03.94.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 069/94, Mensagem n° 019/94, de autoria do Poder Executivo, que proceda à criação da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Limitada.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 068/94, Mensagem n° 015/94, de autoria do Poder Executivo, que cria 331 cargos de provimento

efetivo no ISEPR.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 070/94, Mensagem n° 017/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar para concurso a Procurador do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 056/94, Mensagem n° 011/94, de autoria do Poder Executivo, que altera o Art. 2°, da Lei n° 9198, de 18.01.90.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 345/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a criação do Município de Paraná D'Oeste, na Ordem do Dia do dia 24.03.94.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 034/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que dispõe sobre a criação do Município de Boa Ventura de São Roque, na Ordem do Dia do dia 07.04.94.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4°, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos pro-

jetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 410

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM o encaminhamento pela Mesa, à decisão do soberano Plenário, para deliberar sobre a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 003/94, por cinco (05) sessões, a fim de que sejam sanadas pelo autor as irregularidades abaixo descritas, e, após, seja o projeto remetido, juntamente com o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a Comissão Especial, a fim de que esta, com auxílio da CEMA, organize debates necessários com o conjunto das entidades ambientais: IAP, CPT e Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Paraná, afora a CRABI - Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Iguaçu, e, finalmente, profira parecer a ser levado à discussão pelo Plenário.

As irregularidades que maculam a proposição são as seguintes:

- I - Não foram observados os dispositivos constitucionais federais (art. 225, § 1º, IV) e estadual (art. 209).

Na verdade, a audiência pública foi realizada com os agricultores, todavia não foi em tempo hábil para que se manifestassem em parecer técnico.

- II - Para realização da audiência, deve ser comunicada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. Prazo estipulado pela Resolução n° 009, de 03 de dezembro de 1987, editada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, e que não foi observado, vindo a prejudicar os agricultores que não puderam emitir parecer técnico. Eles reclamaram junto ao IAP e solicitaram uma nova audiência. Porém, esta não foi realizada, embora haja tal previsão no art. 3º da mesma Resolução n° 009/87.

- III - A proposição em exame não foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, conforme determina o art. 33, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

- IV - Não houve reunião da CEMA para discussão do RIMA e do presente Projeto de Resolução.

- V - Não foi ouvida a Comissão Especial desta Casa sobre a matéria em questão.

- VI - Não houve publicação da proposição com antecedência de 72 horas, con-

forme determina o Regimento Interno deste Poder.

- VII - Não foi juntado o RIMA na Ordem do Dia, para a análise parlamentar.

Portanto, essas irregularidades devem ser saneadas dentro do prazo de cinco (05) sessões. A aprovação da matéria sem as devidas correções, sujeita a mesma a medida judicial, poder anular tudo que aqui for decidido.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

NEREU ALVES DE MOURA

DUILIO GENARI

NAMIR PIACENTINI

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 391

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei n° 307/90, em tramitação neste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o uso das dependências desta Casa de Leis (Plenarinho) para a realização do "Seminário Estadual de Saúde", nos dias 07 e 08 de abril do corrente. Em tal Seminário, debateremos os temas: "Saúde e Cidadania" e a "Alteração da Lei n° 6.174, art. 172, inciso V, que dispõe sobre a execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida e saúde".

Requer ainda, que as despesas de infra-estrutura, como a confecção de convites, expedição do material, duas passagens aéreas de ida e volta (Curitiba/São Paulo), hospedagem para duas pessoas por uma noite, serviços de taquigrafia, cerimonial, fotografia, café e água, corram por conta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos nesta data, 07 de abril, Dia Mundial da Saúde, discutir a Política de Saúde - SUS - e encaminhar em conjunto com a sociedade organizada, propostas que venham melhorar a situação da saúde em nosso País.

Estão ocorrendo mobilizações em todo o País, reivindicando mais verbas para o setor Saúde, e os Parlamentares do Estado do Paraná têm obrigação de promover debates e

paranaense tenha um atendimento digno.

Com relação ao outro tema proposto ("Lei nº 6.174"), que trata da execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, ficou acordado entre o Líder do Governo na ALEP e os Sindicatos de Servidores Públicos Estaduais, que no mês de abril seria realizado um Seminário para corrigir as distorções existentes na lei aprovada em dezembro de 1993.

Neste sentido, é fundamental a participação dos Parlamentares neste evento, bem como dos Secretários da Administração e da Saúde.

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a formação de Comissão Especial de Parlamentares, para apurar denúncias de irregularidades, na Secretaria de Habitação do Paraná, cujo titular é o Senhor Luiz Cláudio Romanelli.

Duração: 120 (cento e vinte) dias.

Número: 05 (cinco) membros.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nicolau Miguel Anastácio Neto, conhecido como Nico, ocorrido no último dia 20 de março do corrente ano, no Município de Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O tradicionalismo de Paranaguá, se mistura com a essência da cultura popular, e as pessoas tornam-se conhecidas nos diferentes campos e acontecimentos genéricos de cada setor.

Desde a infância até a juventude, essas figuras registram passagens pitorescas, com isso figurando nas conversações constantes da vida parnanguara, ampliando depois pelas freqüências a própria sociedade em geral, Nicolau Miguel Anastácio Neto, conhecido como NICO ANASTÁCIO, foi um parnanguara que marcou época, deixando seu nome registrado nas diversas atividades e com isso figurando entre as pessoas conhecidas.

Seu falecimento no dia 20, trouxe tristeza e muita dor a amigos e familiares, por essa razão solicitamos um voto de pesar.

REQUERIMENTO Nº 417

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata da presente Sessão, votos de congratulações e regozijo pelo transcurso do 7º aniversário do Jornal "Diário da Manhã", situado na Cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda, o envio de cumprimentos ao Ilustríssimo Senhor Adail Inglês - Diretor do Jornal, extensivos aos Senhores Wilson Pereira - Diretor Comercial; Giovanni da Silva Ferreira - Redator Chefe, além de todos os jornalistas e funcionários que fazem esse grande Jornal da Região dos Campos Gerais.

Nascido há 7 anos, o "Diário da Manhã" - dia a dia fazendo uma imprensa séria, honesta e comprometida apenas com fidelidade das notícias e o respeito para com os seus leitores, foi conquistando a posição do jornal mais lido na Região dos Campos Gerais, além da credibilidade e carinho dos seus leitores e anunciantes.

Presente em todos os momentos, o "Diário da Manhã" vem fazendo a história não só de Ponta Grossa, como de todas as cidades circunvizinhas, registrando os fatos que marcaram e marcam o desenvolvimento da região.

Consciente da sua importância na formação de opiniões, o "Diário da Manhã" transformou-se num estandarte de luta pelas necessidades em defesa de interesses comunitários das grandes causas regionais.

Por tudo isso, este Parlamentar, não poderia deixar de registrar nos Anais desta colenda Casa de Leis a passagem do 7º aniversário do "Diário da Manhã".

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Adail Inglês, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 890 - CEP 84010-915 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Jornal Diário da Manhã, da Cidade de Ponta Grossa, que comemora neste dia 15 de março, 7 anos de existência.

De 15 de março de 1987 até hoje, o Diário da Manhã, vem fazendo história. São sete anos de desafio, de sacrifício, de muita determinação, de muitas amizades nos Campos Gerais.

Sete anos dedicados aos fatos locais e da região valorizando o povo e a terra dos Campos Gerais e do Paraná.

Seus profissionais e sua direção sou-

beram ser fiéis à notícia, relatando a realidade conquistada pelo trabalho de todos.

O Diário da Manhã sempre soube transformar acontecimentos em história.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Jornal Diário da Manhã, em nome de seu Diretor Adail Inglês, Diretor Comercial Vilson Pereira, Redator-Chefe Giovani da Silva Ferreira, bem como aos membros da redação, composição, administração, impressão e aos demais funcionários, sito à Rua Balduino Taques, 890 - CEP 84010-915, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de União da Vitória, pela passagem dos seus 104 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Airtton Bernardo Roveda, ao vice-Prefeito Senhor Hilário Clivatti e a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná homenageia, com este voto, a laboriosa e culta população de União da Vitória que estará comemorando dia 27 de março/94, seus 104 anos de emancipação política.

União da Vitória, por estar localizada em situação privilegiada, fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina e contando com excelente entroncamento rododiferroviário, o município funciona como um verdadeiro entreposto comercial, sendo o mais importante do sul do Estado do Paraná, servindo como escoadouro natural de toda produção da zona do sudoeste paranaense.

Com seu espírito de luta, o povo de União da Vitória se aprimorou há gerações sendo exemplo saliente em todos os rincões para onde emigram.

União da Vitória transformou-se como uma das principais rotas de penetração desenvolvinista da região cuja população eminentemente possuidora da fé religiosa, hão de reflorescer no município a fecundidade da prece e do trabalho.

Quando União da Vitória completa seus

104 anos de emancipação política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, social e urbanístico, graças ao desprendimento de sua gente.

Portanto, nesta significativa data, toda população é merecedora de nossa homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza que continuarão com a mesma garra para o desenvolvimento cada vez maior de seu Município.

REQUERIMENTO N° 433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão votos de congratulações e cumprimentos pela passagem do 122° aniversário de emancipação política do Município de Tibagi, comemorado no dia 18 de março corrente, expressões essas que se atribuem a toda a comunidade local, representada nas pessoas do Exmo. Sr. José Tibagy de Mello, Digníssimo Prefeito Municipal; Ilmo. Sr. Marino Claro Teixeira, Mui Digno vice-Prefeito; Meritíssima Juíza Dra. Ana Lúcia Lourenço; Exmo. Sr. Dr. Mauro Dubrovsk, Digníssimo Promotor de Justiça; Exmo. Sr. Aristeu Ribas, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal e demais membros daquele Legislativo: Vereadora Isabella Gonçalves Silvestre, Vereador José Mário Rodrigues Mendes, Vereador Silvio José Bittencourt, Vereadora Zélia Lagos Taques Santos, Vereador Guilherme Frederico de Geus, Vereador Elizeu Cortez, Vereador Eugênio Leonardi e Vereador Evaldo Alberti; bem como as demais autoridades representativas do Município.

O Município de Tibagi é um dos mais antigos do Paraná; desmembrado de Castro, Tibagi foi elevado à categoria de Freguesia e Distrito pela Lei Provincial n° 15 de 06.03.1846, a nível de Vila e Município pela Lei n° 302 de 18.03.1872, e a nível de Cidade pela Lei n° 259 de 27.12.1897.

Tendo como padroeira Nossa Senhora dos Remédios, o Município de Tibagi possui a área de 3.672,80 Km² e uma população superior a 21.000 habitantes.

Todos nós paranaenses, seja por nascimento ou por adoção, sentimo-nos profundamente orgulhosos e envaidecidos por esta data, pois trata-se do aniversário de um Município, cuja história integra a própria história do Paraná.

Muitos dos homens pioneiros que desbravaram o sertão para fazer daquela terra a sua fonte de vida, já não existem, mas o velho município de Tibagi permanece tão perene quanto as águas que correm no Rio do mesmo nome.

Da decisão do Plenário, requer, ainda,

seja dada ciência aos ocupantes dos cargos mencionados, nos respectivos órgãos ou aos cuidados da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a inserção nos anais desta Casa, de votos de congratulações pela passagem do décimo segundo aniversário de fundação do jornal "Gazeta do Centro Oeste", de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Fundado no ano de 1982, o jornal "Gazeta do Centro Oeste" vem se firmando cada vez mais como um veículo de informação dos mais fidedignos.

Mercê do denodo com que é administrado pelo seu fundador, Sr. Aroldo Tissot, este importante veículo informativo da região da COMCAM é, sem sombra de dúvida, leitura obrigatória para todos os municípios daquela Região.

Sua linha independente em muito correu para a sua credibilidade e o respeito adquirido junto aos seus leitores.

Sempre fiel aos seus propósitos de bem informar, e à imparcialidade que é sua maior característica, a "Gazeta do Centro Oeste" é digna da nossa homenagem e do nosso respeito.

Solicitamos que, da decisão da Mesa, seja informado o Sr. Aroldo Tissot, Diretor Presidente desse informativo, à Rodovia BR 158, Km 001, s/n°, município de Campo Mourão, Paraná.

REQUERIMENTO N° 464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão votos de congratulações e o envio de cumprimentos à Ilma. Sra. Edite Pizzatto, Digníssima Diretora da Rede, no Paraná, pela data que assinala a 18 de março do ano em curso, a passagem dos 40 anos de fundação da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Requer, ainda, que as manifestações em apreço sejam extensivas à Sra. Isolde Shimit Paranhos - vice-Presidente da Rede, no Paraná, e às Sras. Presidentes da Rede Feminina de Combate ao Câncer dos Municípios de Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Paranaguá, Rio Negro e Guaparuva, respectivamente, Sras. Marzi Milileo Scorsin, Eunice Klotz, Viviane Guasque, Rita Fayad, Natália Medina e Marisa Bueno.

Fundada em 18 de março de 1954, a Rede Feminina de Combate ao Câncer, há 40 anos vem desenvolvendo maravilhoso e crescente trabalho de combate ao câncer em todo o território paranaense; não só de conscientização da população como também de apoio ao Hospital Erasto Gaertner (HEG) no atendimento de pacientes carentes que necessitam de tratamento naquele nosocômio. As famílias destes, também não foram esquecidas. Para elas criou-se a Casa do Apoio.

Contando com o trabalho cristão, abnegado e carinhoso de diversas senhoras voluntárias, a Rede Feminina de Combate ao Câncer além de sua sede central de Curitiba (onde conta com a dedicação de 140 voluntárias) tem ramificações nos Municípios de Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Paranaguá, Rio Negro e Guaparuva.

Durante toda sua existência a Rede Feminina de Combate ao Câncer vem realizando inúmeras atividades e promoções beneficentes com o objetivo de angariar fundos para o Hospital Erasto Gaertner que, construído graças aos esforços de um grupo de pioneiros, é hoje uma referência nacional no combate ao câncer e atende pacientes desesperados que chegam das mais diferentes regiões do Brasil e até de países vizinhos.

Carinho especial, merece ainda a ala pediátrica do hospital, que precisa sempre de mais recursos para garantir o atendimento oncológico pediátrico, e para o que não se cansa a Rede Feminina de Combate ao Câncer de desenvolver atividades e programas visando angariar fundos.

Diante do exposto e em reconhecimento ao verdadeiro sacerdócio de solidariedade, abnegação e amor ao próximo desenvolvido pela Rede Feminina de Combate ao Câncer, não poderia este Parlamentar deixar de registrar nos Anais desta colenda Casa de Leis a passagem do 40° Aniversário de sua fundação.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Sra. Edite Pizzatto, no endereço: Rua Dr. Ovande do Amaral, 201 - Jardim das Américas - CEP: 81.520.060 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 483

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação na Ata da presente Sessão de votos de congratulações e regozijo pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Campina Grande do Sul a realizar-se no próximo dia 22 de março de 1994.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à data ao Prefeito Municipal, Sr. Dr. Marcos Caron, e ao Digníssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Município homenageado.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 448

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de louvor ao excelente trabalho desenvolvido em todo o Estado pelo Exmo. Sr. Secretário Estadual dos Transportes, Mário Pereira, e pelo Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor Geral do DER - Departamento Estadual de Rodagens.

Requer outrossim, o envio de correspondência comunicando a concessão do já citado voto de louvor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. Roberto Requião e ao Exmo. Chefe da Casa Civil, Sr. Caíto Quintana.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente requerimento finalidade de reconhecer e exaltar o desempenho do Exmo. Sr. Mário Pereira, junto à Secretaria Estadual dos Transportes, e do Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot junto à Diretoria Geral do Departamento Estadual de Rodagens - DER, que juntos, e em parceria com os municípios, executaram obras de grande relevo, através de Programas ágeis e consistentes, beneficiando todos os cidadãos, com a manutenção e construção de Estradas, ocasionando benefícios diretos à área urbana, bem como, graças à determinação do DER, através do seu Diretor, assessoria e demais funcionários proporcionando que um velho sonho se tornasse realidade, qual seja: o escoamento da safra agrícola pelas rodovias estaduais, com segurança; trazendo maiores vantagens para agricultores e para o próprio Estado.

O presente voto de louvor é o mínimo que se pode efetivar na pretensão de demonstrar toda a gratidão dos cidadãos paranaenses pela seriedade, honestidade e garra demonstrada pelos ora homenageados no exercício de suas funções.

REQUERIMENTO N° 492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja consignado na Ata da presente sessão, votos de louvor pela posse na Presidência da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba do Sr. Edson Strapasson, Digníssimo Prefeito Mu-

nicipal de Colombo, ocorrida no dia 25 último.

Requer outrossim, o envio de expediente com correspondência alusiva à data ao mencionado presidente, com votos de profícua administração.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário seja consignado em Ata da presente Sessão votos de regozijo e o envio de cumprimentos pela passagem do 29° aniversário de instalação da Comarca de Telêmaco Borba, comemorado no dia 21 de março do corrente, expressões essas atribuídas a toda a comunidade telemacoborbense através do Exmo. Sr. Paulo Cezar Nocera, Digníssimo Prefeito Municipal; ao Ilmo. Sr. Ribas de Carvalho, Mui Digno vice-Prefeito; ao Presidente da Câmara Municipal Vereador Leopércio Coelho e demais membros daquela colenda Casa de Leis: Vereador Alcino Ataíde Mendes Batista, Vereadora Aparecida Fraga Macam, Vereador Edison Francisco Mendes, Vereador Frederico Mercer Guimarães, Vereador José Carlos Santos, Vereador Lucio Solak, Vereador Marcio Artur de Matos, Vereador Oney Alves Ferreira, Vereador Waldi Moreira Soares e Vereador Wilson Bueno de Camargo; ao Meritíssimo Juiz Dr. Luiz Sérgio Swiech, Diretor do Fórum; ao Dr. Nivaldo Brunoni, Digníssimo Promotor de Justiça; bem como às demais autoridades do Município.

Chamou-se inicialmente Cidade Nova. Em 1961 foi elevada a Distrito de Tibagi. A 05.07.1963 passou a município e recebeu a denominação definitiva de Telêmaco Borba.

Localizada na microrregião dos Campos Gerais de Ponta Grossa, o Município possui área de 1689 Km² e uma população superior a 65.000 habitantes. Sua padroeira é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e tem sua economia calcada, principalmente, no setor secundário.

Telêmaco Borba é um Município progressista, hospitaleiro e cordial e, por isso, a presente proposta é a expressão autêntica de nosso regozijo e contentamento e aqui queremos compartilhar com aqueles que, de uma forma ou de outra, pela labuta e esperança, fizeram de Telêmaco Borba a sua terra-mãe, aos quais hoje rendemos a nossa homenagem.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito e aos colendos membros da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fulcro no art. 54, inciso XXXIV, da Constituição Estadual e Lei 8.689 de 27 de julho de 1993, REQUER, à Mesa o encaminhamento de convocação ao secretário estadual de Saúde, Sr. Nizan Pereira de Almeida, para na qualidade de gestor do Sistema Único de Saúde, no Paraná, apresentar relatório detalhado, na forma do art. 12 da Lei Federal 8.689/93, informações que já deveriam ter sido prestadas em audiência pública neste Poder Legislativo, pois conforme legislação citada, o relatório deve ser apresentado trimestralmente, período que é contado a partir da descentralização do SUS, ou seja a partir de julho do ano passado.

Por conseguinte, considerando o prazo legal, já extrapolado, o prazo de até 02 de abril para desincompatibilização de cargos do Executivo, o interesse público e a importância das informações, requeiro que a convocação ocorra com a maior brevidade possível, preferencialmente até o dia 16 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, MD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação de um micro-computador para uso do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos, de Ipiranga-Pr.

Esse equipamento é extremamente necessário para uso do referido Colégio, visto que a partir de 1994 - conforme informações da Secretaria de Estado da Educação todos os dados do Colégio serão computadorizados, além de que o equipamento poderá ser utilizado no aprendizado dos alunos.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos, de Ipiranga/Pr.

Sala das sessões, em 21.03.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a im-

plantação da 5.ª série do 1º Grau na Escola Prefeito Dr. Eliseu de Campos Mello, para o ano corrente, se possível.

Tal reivindicação se faz necessária face a grande clientela existente - uma vez que a implantação solicitada beneficiará não só os alunos residentes no Parque Alto Estrada, como também no Jardim Maracanã, Vila Santo Antonio, Vila Lina e parte da Ronda - e, a única escola existente na região possui vagas em número insuficiente para atender a toda clientela obrigando assim, o deslocamento de muitos para escolas mais distantes, que necessitam da utilização de ônibus.

Da decisão do Plenário, requer, ainda seja dada ciência à Escola Prefeito Dr. Eliseu Campos Mello de Ponta Grossa.

Sala da Sessões, em 21.03.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Ilustríssimo Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público no Bar e Mercearia São Sebastião, situado na Rua Felício Kania, n° 15, Bairro Jardim Curitiba, Colombo/Pr, inscrito no CGC sob n° 81.131.674/001-27, de propriedade do Sr. Sebastião Vicente de Almeida.

Por tratar-se de um bairro cujos meios de comunicação são precários, principalmente em situações de emergência, e com grande quantidade de usuários, conforme informações da AMOSGA - Associação dos Moradores de São Gabriel, Colombo/Pr, é que solicito a viabilização do pleito.

Da decisão do Plenário, requer, ainda seja dada ciência ao Senhor Sebastião Vicente Almeida, Colombo/Pr e à AMOSGA, sita à Rua Goiânia n° 14, São Gabriel, Colombo/Pr, CEP 83410-780.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público na Av. Santos Dumont, 1501, em frente ao estabelecimento Ladislau Pampuche Cia. Ltda., bairro São Gabriel, Município de Colombo/Pr.

Conforme informações da AMOSGA - Associação dos Moradores de São Gabriel, Co-

lombo/Pr, tal instalação é extremamente necessária, tendo em vista o grande número de pessoas beneficiadas com tão importante meio de comunicação.

Da decisão do Plenário requer, ainda, seja dada ciência à AMOSGA, Rua Goiânia, nº 14, São Gabriel, Colombo/Pr, CEP 84310-780.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Maurício Requião de Mello e Silva, MD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação de um micro-computador com impressora para o Colégio Estadual Padre Carlos Zelesny.

Levando-se em conta de que funciona na referida Instituição de Ensino o curso de 2º Grau - habilitação Contabilidade, contando, inclusive, com um Escritório Modelo para melhor qualificação de seus alunos, no qual a utilização de um micro-computador é imprescindível, é que solicito a viabilização do pleito.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Colégio Estadual Padre Carlos Zelesny de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Relator da Revisão Constitucional, Deputado Nelson Jobin, solicitando que o item da Revisão Constitucional que se refere à gratuidade para o ensino superior no Brasil, seja estudado e modificado no sentido de auxiliar os universitários carentes, e não de acabar com o ensino gratuito, como está sendo proposto.

A mudança neste item da Constituição baseia-se no fato de que a maioria dos alunos que cursam universidades públicas são ricos. Esta questão até pode ter certa veracidade, mas a solução do problema não se resume em acabar com as instituições públicas de 3º grau, mas sim em reestruturar o ensino de 1º e 2º graus, a fim de que ricos e pobres tenham a mesma capacidade e as mesmas chances na hora de enfrentar o vestibular.

Acabar com a gratuidade do ensino de

3º grau, significa gerar insatisfação para aqueles poucos que ainda conseguem ingressar na universidade e acabará de uma vez por todas com as chances de jovens estudantes que sonham em terem formação universitária.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário da Indústria e Comércio, Sr. Jorge Aloysio Weber, solicitando a possibilidade de renovação do contrato de administração do Parque Vila Velha, localizado em Ponta Grossa.

Vila Velha é uma das maiores atrações de Ponta Grossa, recebe muitos turistas, de várias partes do Brasil.

Solicita-se que o contrato seja assinado por tempo definitivo, para que a Prefeitura de Ponta Grossa possa continuar administrando o Parque como o faz até o presente momento.

No contrato deve existir uma cláusula que especifique que a administração do Parque deve ser feita única e exclusivamente pela Prefeitura, não podendo esta passar a administração para terceiros.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Paraná, Sr. Roberto Requião, solicitando que o Governo do Paraná em parceria com a Secretaria da Indústria e do Comércio, no sentido de viabilizar a instalação de uma indústria filial da General Motors no Paraná, na Cidade de Ponta Grossa.

Já houve interesse por parte da empresa em montar uma filial em Ponta Grossa anos atrás, mas as condições oferecidas e as negociações não foram suficientes para que a indústria se instalasse neste município.

Deve ser feito um estudo sobre o que o Estado do Paraná pode oferecer para que a indústria se instale em nosso Estado.

A Prefeitura de Ponta Grossa poderá participar da parceria, desde que seja estudada as partes que tocarão para o Estado, para a Secretaria e para a Prefeitura.

A instalação dessa indústria no Paraná trará muitos benefícios para o Estado, além de gerar vários empregos.

O estudo e o envio de propostas à General Motors deve ser breve, pois vários

estados têm interesse nesta indústria.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 453

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Transportes, Senhor Mário Pereira, solicitando a possibilidade de viabilizar a construção de acostamento na PR-153, o trecho de Rebouças a União da Vitória.

Este trecho da PR-153 é muito crítico, por ser uma PR agrícola, onde vários carroceiros e tratoristas circulam diariamente, dividindo o asfalto com carros, caminhões e outros veículos, causando assim vários acidentes.

Entre Rebouças e a localidade de Riozinho de Baixo foram construídos 10 Km de acostamento, e o número de acidentes diminuiu notavelmente.

Somente nos últimos seis meses ocorreram quatro mortes na PR, em dois acidentes, um deles entre Rio Azul e Mallet e outro entre Rio Azul e Rebouças.

A construção do acostamento é de grande importância e urgência, visto que por ali passam pessoas que se dirigem para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 383

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário do Esporte e Turismo, Senhor José Afonso Júnior, solicitando recursos para a liga de futebol amador regional de Ponta Grossa.

A maioria dos times que compõe a Liga estão enfrentando dificuldades financeiras. Os estádios estão em péssimas condições.

Os estádios que se encontram com um maior índice de danificação são o Estádio do Palmeiras Esporte Club, Olinda Esporte Clube, União Campo Alegre, entre outros que nem mesmo possuem estádio.

Os problemas são os mais variados possíveis, mas os que têm maior ênfase são os alambrados, os vestiários, os muros, as telas dos alambrados bem como o campo em si.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 385

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Mário Pereira, solicitando que seja feita uma parceria entre a Secretaria e a Prefeitura de Reserva, no sentido de cascalhar a estrada que liga Reserva aos Distritos de José Lacerda e Rio Novo.

A estrada encontra-se em péssimas condições de ser trafegada, o que está acarretando prejuízos e dificuldades para os agricultores desses Distritos.

Os colonos não podem tirar seus produtos agrícolas de suas propriedades e transportar até a cidade onde devem ser comercializados, pois até mesmo de trator o trânsito torna-se difícil e desgastante.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 386

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Política Habitacional, Senhor Luiz Carlos Romanelli, solicitando a possibilidade de serem construídas casas populares, no Distrito de Rio Novo, Município de Reserva.

O problema da falta de moradias neste Distrito pode ser viabilizado, através de uma parceria entre a Prefeitura de Reserva e a Secretaria de Política Habitacional.

Através da parceria podem ser construídas casas ao alcance dos trabalhadores e colonos, com prestações que não ultrapassem 20% (vinte por cento) do salário mínimo e que possam ser pagas com equivalência em produtos agrícolas.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, solicitando a construção de uma sala especial para realizar a triagem de encaminhamento à Delegacia Central, no Distrito de José Lacerda, Município de Reserva.

O Distrito tem somente um Delegado para cuidar da segurança da população, e quando é solicitado para fazer uma prisão não tem lugar adequado para a triagem dos elementos até que o mesmo seja transferido para Reserva.

A sala pode ter apenas um reservado para deter os elementos que infringirem a lei, e uma parte adjunta onde o Delegado possa atender as ocorrências.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 382

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, solicitando a possibilidade de viabilizar a construção de uma sala especial, para realizar a triagem de encaminhamento à Delegacia Central, no Distrito de Rio Novo, Município de Reserva.

O Distrito tem somente um Delegado para cuidar da segurança da população, e quando é solicitado para fazer uma prisão não tem um lugar adequado para a triagem dos elementos até que o mesmo seja transferido para Reserva.

A sala pode ter apenas um reservado para deter os elementos que infringirem a lei, e uma parte adjunta onde o Delegado possa atender as ocorrências.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 387

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário da Política Habitacional, Senhor Luiz Carlos Romaneli, solicitando a possibilidade de viabilizar a construção de casas populares no Distrito de José Lacerda, Município de Reserva.

Através da parceria podem ser construídas casas de melhor qualidade e maior metragem que com certeza beneficiarão os moradores deste Distrito.

As prestações das casas não podem ultrapassar 20% (vinte por cento) do salário mínimo e que possam ser pagas com equivalência em produtos agrícolas.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 392

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Senhor José Moacir Favetti, solicitando a liberação de recursos financeiros para reformas e melhorias do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Prudentópolis.

A presente solicitação, visa garantir a efetiva segurança e tranquilidade na Delegacia de Polícia do município.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 393

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor José Tavares, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando seja celebrado convênio do Projeto Pró-Cidadania, com o Município de Imbituva.

Trata-se da necessidade de prover as pessoas carentes de sua documentação, tais como carteira de identidade, certidão de casamento, etc.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor José Tavares, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando seja celebrado convênio do Projeto Pró-Cidadania, com o Município de Ubiratã.

Trata-se da necessidade de prover as pessoas carentes de sua documentação, tais como carteira de identidade, certidão de casamento, etc.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente aos Deputados Federais, representantes do Estado do Paraná, solicitando apoio ao Projeto de Lei n° 2.942, de autoria do nobre parlamentar Deputado Luiz Carlos Hauuly.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A falta de regulamentação do parágrafo 2°, do artigo 202, da Constituição Federal, arrasta-se desde a promulgação da Carta Magna de 1988, causando inúmeros prejuízos financeiros àqueles municípios que converteram o regime jurídico de seus servidores.

O Projeto de Lei de n° 2942, de autoria do Deputado Luz Carlos Hauuly, dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos cargos de contagem recíproca do tempo de contri-

buição para efeitos de aposentadoria.

Por tratar-se de matéria que interessa às municipalidades, é que conclamamos nossos parlamentares a apresentarem seus apoios ao projeto de lei a que nos referimos.

REQUERIMENTO N° 401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esporte e Turismo, reiterando o pedido para reformas no Ginásio de Esportes "Angelo Brolini", no Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário de Esporte e Turismo, reiterando o pedido para Reforma no Estádio Municipal "Prefeito Rubens Spengler" no Município de Pinhão-Pr.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 478

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro Guabirotuba quanto a implantação de 2° grau no Colégio Estadual Elysio Viana, pois beneficiaria um grande número de estudante.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 479

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua El Salvador, proximidades do n° 395 - Campo Pequeno, quanto a execução de melhoramentos nessa rua, sendo que a mesma não tem asfalto e a valeta está avançando a rua. Pedem urgência no atendimento uma vez que três carros já caíram nessa vale-

ta.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 480

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender a moradora da Rua Zeferina C. Cristo n° 157 - Vila Grécia, a qual solicita providências dessa Municipalidade quanto a dois pés de eucaliptos que estão num terreno ao lado de sua residência pois os mesmos estão colocando em risco as propriedades que estão localizadas próximas desse local.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos pais de crianças que residem na Rua Princesa Isabel - bairro Nossa Senhora de Fátima, os quais solicitam o retorno da Kombi que transporta as crianças excepcionais durante todo o dia, pois a mesma só faz o transporte na parte da manhã.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 476

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de sanar o problema de falta de professor do Curso Técnico de Administração do Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral. O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, pois seus filhos vão para o colégio e voltam antes devido não terem todas as aulas.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 477

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sen-

tido de sanar o problema de falta de professor de matemática para o 2º ano do Curso de Magistério do Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa. Os pais estão preocupados com a reposição das aulas devido as mesmas terem iniciado há um mês e a direção do colégio não tem previsão de quando haverá um professor para assumi-las.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Digníssimo Diretor Geral do DER/Pr, solicitando limpeza e conservação na estrada Pr-405, entre Cacatu - Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro Celso Fernandes Ribeiro, Mui Digno Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal do DNER, nesta Capital, solicitando com urgência a limpeza, nas proximidades do Posto da Polícia Rodoviária Federal, na localidade de Alexandra- BR-277, no Município de Paranaguá-PR, pois o matagal está impedindo a visibilidade.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Digníssimo Diretor Geral do DER/PR, solicitando limpeza e conservação na estrada PR-408, entre a BR-277 e o Município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Tenente Coronel Dilson Antonio Consentino, Mui Digno Comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Paranaguá, manifestando seus agradecimentos pela manu-

tenção de um serviço de patrulhamento diário entre os Balneários do Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 406

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de que seja atendido o pedido feito pelos moradores do Jardim Pedro Demeterco, os quais solicitam providências quanto a instalação de água e luz no local, bem como abertura de uma rua que passe pelo loteamento. Afirmam os moradores que lá residem em torno de 20 famílias, as quais estão vivendo de forma precária, sem nenhum serviço de utilidade pública. Pedem que seu pedido seja atendido uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 407

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Estrada da Conceição, situada naquele município, quanto a execução de melhoramentos nessa estrada. Ocorre que foi jogado saibro no local, o qual tem as pedras muito afiadas, cortando os pneus dos carros que necessitam passar por lá.

Pedem providências urgentes, procurando-se evitar maiores estragos nos veículos da população.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de tomar providências quanto ao caminhão de lixo que passa pela Rua Aleixo Nodari e não apanha os lixos das residências.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que há acúmulo de lixo e eles não têm um local adequado para depositarem o mesmo.

Se o caminhão passa na rua nada mais justo que recolha o lixo lá existente.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 422

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro Ferraria - Campo Largo, os quais solicitam que o ônibus Curitiba- Ferraria, volte a fazer essa linha. Ocorre que apenas a linha Campo Largo - Curitiba que passa na rodovia e não passa pelo bairro Ferraria atende os moradores do local, causando muitos transtornos a todos os que necessitam desse meio de transporte e precisam andar longas distâncias até o ponto mais próximo. Além desse problema, afirmam os solicitantes que a passagem do ônibus Campo Largo- Curitiba é mais cara, sendo que a outra sempre foi a metade do preço.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 423

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Vila Nossa Senhora de Lourdes, localizada 4 quadras do centro de Campo Largo, os quais solicitam providências quanto uma fiscalização nas residências onde há criação de porcos, vacas e cavalos. Ocorre que está havendo muita proliferação de moscas e mau cheiro insuportável, prejudicando sobremaneira toda a população. Pedem também melhoramentos nas ruas da vila que estão completamente abandonadas pela Municipalidade.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 424

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Vila Zumbi dos Palmares - Colombo, quanto a execução de serviços de água e esgoto, recolhimento de lixo e melhorias em toda a vila. Ocorre que essa vila não tem estrutura nenhuma e os moradores solicitam que seja dispensada uma melhor atenção ao local, pois estão enfrentando sérias dificuldades com a falta de vários serviços de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 425

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender alguns pedidos feitos pelos moradores da Rua Cinco, localizada no Jardim Solar - Tanguá. Pedem melhorias nas ruas pois as mesmas estão intransitáveis; pedem iluminação pública nas ruas sendo que no talão de imposto é cobrada taxa de iluminação porém não há tal benefício e solicitam ainda cobertura no ponto final do ônibus Jardim Solar - Tanguá, sendo que os usuários ficam à ação de sol e chuva, causando muitos transtornos a todos. Os moradores pedem que seu pedido seja atendido uma vez que inúmeras pessoas serão beneficiadas com tais serviços de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 426

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua das Palmeiras, proximidades do n° 79 - bairro Cachoeira, os quais solicitam colocação de saibro nessa rua, devido formar-se muita lama quando chove, deixando-a intransitável tanto para veículos quanto para pedestres, causando uma série de problemas para toda a população.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 430

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, acompanhando correspondências das secretarias escolares do Município de São José da Boa Vista.

Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência aos signatários das correspondências, através do Senhor Vereador José Egidio Ferreira, na Câmara Municipal de São José da Boa Vista.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) VALDERI VILELA

JUSTIFICATIVA:

Como há de se ver pelos tempos das correspondências que seguem anexas, as secretárias das escolas estaduais do Município de São José da Boa Vista preparam-se para receber o Senhor Governador Roberto Requião, no dia 11 de março próximo passado, quando da sua visita por aquela localidade.

Lamentavelmente a rápida passagem do Chefe do Executivo pela cidade não permitiu sequer um encontro com tais servidoras que agora solicitam fazer chegar ao Governador as suas reivindicações.

Trabalhando 08 (oito) horas por dia e exercendo a séria função de responder por toda a documentação escolar, as secretárias vêm enfrentando dificuldades em função dos baixos salários percebidos.

Há a informação, inclusive, de que auxiliares contratadas após teste seletivo estariam percebendo melhores salários que as secretárias concursadas, o que é reconhecidamente injusto.

Segue apenso também um contra-cheque de uma dessas servidoras, demonstrando os baixos salários pagos às secretárias escolares.

Diante disso, faz-se urgente a realização de estudos e tomada de providências visando corrigir essa situação.

REQUERIMENTO N° 431

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, solicitando providências diante da denúncia de irregularidades na chamada dos aprovados no teste seletivo para professor de 1.^a a 4.^a séries do 1° grau, no Município de Santana do Itararé.

Que do teor do presente, dê-se ciência à interessada, professora Maria Aparecida de Souza.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelos termos do anexo, correspondência da professora Maria Aparecida de Souza, de Santana do Itararé, houve irregularidades no processo de chamamento de aprovados no teste seletivo realizado pela SEED, em 1993, para a função de professor de 1.^a a 4.^a série do 1° grau, naquele município.

Segundo a denúncia corroborada por outras pessoas da comunidade que também teriam sido prejudicadas, foi chamada uma candidata aprovada em 37° lugar, preterindo-se aquelas que estavam classificadas entre o 24° e o 36° lugares.

Além disso, há a também grave denúncia de perseguição de professoras, com demissão injustificada, contrariando normas da

própria SEED.

Diante disso, é necessário apuração imediata dos fatos, com a punição dos responsáveis e reparação dos danos àqueles que foram prejudicados em seus direitos.

REQUERIMENTO N° 432

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone Rural no bairro dos Valérios, município de Nova Fátima.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O bairro dos Valérios concentra a maior população rural de Nova Fátima aproximadamente 500 famílias de pequenos agricultores.

Um dos principais problemas vividos pela unidade é a dificuldade de comunicação telefônica, uma vez que a área não conte com nenhum telefone público à disposição dos moradores.

Diante disso, confiamos nas diligências da TELEPAR, a fim de levar os seus competentes serviços àquela localidade.

REQUERIMENTO N° 449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros e materiais para a construção de uma ponte sobre o rio Mosquito, na Estrada Mosquito, no Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado, REQUER ainda, seja comunicado o Prefeito Municipal Moyses Mendes, e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O transporte rodoviário é a essência a economia no interior do Estado, isto porque o movimento de grãos é feito da lavoura para a cidade e é necessário que as estradas estejam em boas condições para o tráfego.

Na localidade da estrada Mosquito ocorreu a queda da ponte sobre o rio do mesmo nome, e isto tem dificultado os mo-

radores de poderem se deslocar até a cidade e vice-versa, causando transtorno e desconforto para os transeuntes.

REQUERIMENTO N° 450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja viabilizado estudos para a instalação de Posto Telefônico -PS, nas localidades de Bairro São José e Gleba Florestal, no Município de Jussara-Pr.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Senhor Prefeito Municipal Celio Roberto Renoste, Rua Napoleão Moreira Silva, n° 28.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de duas localidades afastadas da sede do município onde moram cerca de 70 famílias em cada uma.

O isolamento tem como consequência transtornos e dificuldades para os moradores que tem que se deslocar vários quilômetros para manter contato com o centro urbano.

O telefone hoje é um instrumento de grande valia para o homem, principalmente aquele que mora longe da cidade, pelo conforto, segurança e prestatividade que ele oferece.

REQUERIMENTO N° 460

SÚMULA: REQUER o envio de expediente a Suas Excelências Deputados Federais e Senadores do Estado do Paraná no Congresso Nacional; Suas Excelências Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; a Sua Excelência Relator-Geral da Revisão Constitucional, Deputado Nelson Jobim; a Sua Excelência Relator-Adjunto da Revisão, Deputado Gustavo Krause e a Sua Excelência Ministro da Previdência Social, Doutor Sérgio Couto dos Santos.

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes consubstanciados em ofícios às autoridades nominadas na súmula deste documento solicitando que se posicionem contrariamente a qualquer alteração no Capítulo II do Título VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, relativamente às matérias de seguridade social.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Um dos grandes avanços da Constituição de 88 foi o Capítulo da Seguridade Social ao prever como responsabilidade do Poder Público a saúde, a assistência social e a previdência social.

A Previdência Social é hoje a maior organização nacional de distribuição de renda, atendendo, assim o compromisso da Nação com a sociedade.

Os benefícios previdenciários, principalmente aos trabalhadores rurais, embora na base de um salário mínimo, têm girado a economia de muitas localidades.

Alterações que impliquem reverter este quadro no sentido de privatizar a previdência são inadequadas e desatendem ao interesse público. Desta forma, apela-se ao patriotismo dos ilustres representantes em Brasília para a manutenção das conquistas democráticas e sociais da cidadania brasileira.

REQUERIMENTO N° 462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rubens Bayma Denys, Digníssimo Ministro dos Transportes, solicitando a construção de um viaduto, no entroncamento da BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá, com a estrada que vai ao Município de São José dos Pinhais (Avenida Rui Barbosa).

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

As estatísticas, do 9° Distrito Rodoviário Federal, do DNER no Paraná, são os argumentos mais simbólicos, para demonstrar em termos públicos, a necessidade dessa obra. O fator essencial do investimento - cuja preocupação é do Governo Federal - é salvar vidas humanas. Entendemos perfeitamente, que o sistema passa por uma reciclagem orçamentária, onde os cortes de verbas são permanentes. Está em jogo a preservação de nossos concidadãos, onde acreditamos não existir argumentos válidos para protelações de ordens burocráticas, dentro do complexo administrativo e estrutural. A questão exige soluções, e essa obra, até pode ser realizada com diversas participações, mas não pode ser adiada, tampouco ser usada simplesmente com a terminologia "falta de recursos" ou ainda "encaminhamos ao setor técnico". O Brasil que atravessamos, exige posições reais e objetivos dos homens públicos, voltados para o interesse comum.

Por essa razão, solicitamos o envio de expediente ao Senhor Rubens Bayma Denys Ministro dos Transportes, no sentido da construção de um viaduto na BR-277, no cruzamento com a avenida Rui Barbosa (pa-

ra o Município de São José dos Pinhais). Solicitamos ainda que, cópia desse expediente, com a respectiva justificativa sejam encaminhados a: Chefe do 9º DRF do DNER no Paraná, Prefeito de Curitiba Rafael Greca de Macedo, vice-Prefeito de Curitiba José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal Vereador Mario Celso da Cunha, Prefeito de São José dos Pinhais, e Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, e ainda a Presidente da Associação Comercial do Paraná, Maria Cristina Andrade Vieira.

REQUERIMENTO N° 487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor-Geral do D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, reiterando solicitação de pavimentação asfáltica da estrada estadual que liga São Mateus do Sul a Irati.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, ao Ilustríssimo Senhor Doutor Eduardo Requião de Mello e Silva, Mui Digno Superintendente do I.A.P., solicitando providências urgentes para que seja interditado o "LIXÃO", existente na localidade da Colônia Santa Rita, no Município de Paranaguá, conforme justificativa.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

LIXÃO, "Esta blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria, proclamada em nome dos direitos do trabalho; e executada, não faria senão inaugurar em vez da supremacia do trabalho, a organização da miséria". Rui Barbosa, em a "Verdadeira Igualdade". Paranaguá, tem na Colônia Santa Rita, a Indústria Sadia/Frigobrás produzindo diariamente alimentos. A maior potência comercial daquele município, e ainda a grande contribuidora de ICMS, está sendo prejudicada pela Prefeitura Municipal, que voltou a funcionar com o LIXÃO, distante aproximadamente 300 metros da empresa, onde o odor é insuportável, além das transmissões de várias moléstias. O povo que reside nas proximidades não está suportando, conviver com esse fato, pois

tem absoluta certeza do perigo que tem a seu lado, e as ameaças das mais diversas doenças.

Saúde pública é um ponto prioritário, que não pode ser ameaçado pela falta de responsabilidade de homens públicos. A população que reside na Colônia Santa Rita, e em toda a Cidade de Paranaguá, quer providências urgentes, por isso, solicitamos que sejam enviados correspondências ao Superintendente do IBAMA, Senhor Nilto Melchades da Silva, ao Superintendente do IAP, Senhor Eduardo Requião de Mello e Silva, e ao Secretário da Saúde, Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, solicitando com a maior brevidade possível a interdição do LIXÃO, situado na Colônia Santa Rita, em Paranaguá (se for possível enviar fax, aos mesmos, diante da gravidade da situação, IBAMA - IAP - Secr. Saúde).

REQUERIMENTO N° 493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Paulo de Freitas Radtke, Diretor Superintendente do I.N.S.S. - Pr., solicitando a agilização na tramitação dos processos de aposentadorias que se encontram pendentes naquele Instituto.

A presente solicitação justifica-se pelo fato de haverem inúmeros processos de aposentadorias que foram protocolados no ano de 1991 e se encontram sem solução até o dia de hoje, por parte daquele Órgão.

Apelamos ao espírito humanitário de Vossa Senhoria. São pessoas idosas que não conseguem realizar o sonho da aposentadoria, trabalharam exaustivamente ao longo de suas vidas, e hoje encontram-se sem recursos sequer para aquisição de medicamentos ou mesmo para o próprio sustento.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento pela Mesa sobre pedido de informação ao Senhor Conselheiro Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando respostas as seguintes questões:

1. Quantos são os funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e qual a jornada de trabalho desempenhada?

1.1. Listagem com cargo, função, carga horária e vencimentos destes funcionários.

1.2. Listagem dos que recebem gratificação pelo período integral.

2. Quantos concursos o Tribunal de

Contas do Estado fez nos últimos dois anos?

2.1. Especificar os concursos, número de vagas para cada um, e número de aprovados.

2.2. Entre os aprovados, quantos tomaram posse e estão trabalhando?

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 007/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população das localidades de Santana e de Pinaré, se pronunciem sobre a criação do Município de Santana do Pinaré, desmembrado de Cruz Machado, com as divisas e confrontações dos atuais distritos administrativos.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto procura, no âmbito deste Poder, atender a vontade da população dos distritos de Santana e de Pinaré em se emancipar para Município, desmembrando-se de Cruz Machado.

A exposição de motivos da população, a nós apresentada, indica tratar-se de comunidade composta de minifúndios, colonizada já há três gerações por imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos.

Na área estima-se uma população de aproximadamente 12.000 habitantes, nas duas localidades cerca de 1.400 alunos cursando o 1° grau.

A vocação agrícola destes minifúndios torna-os autosustentável, pois a base, além de pequenas propriedades rurais, trabalhadas pelas próprias famílias, notadamente as culturas de erva-mate, batata, e ainda reflorestamento.

O reflorestamento na área, merece destaque especial, porque é o único município do Estado que mantém tecnicamente há mais de 30 (trinta) anos o controle ambiental corretamente organizado.

Constata-se, ainda a existência de várias indústrias nas localidades.

Por estas particularidades apresentadas, não temos nenhuma dúvida de que a transformação em município, em muito virá contribuir para um maior desenvolvimento econômico, social e cultural destas comunidades. Se estas pequenas propriedades contribuem para o desenvolvimento do Estado como distrito, o que não serão uma

vez elevados à categoria de Município.

Destaca-se muitas necessidades que a comunidade aspira, tais como: implantação do 2° grau (hoje dependente de grandes deslocamentos para estudar), comércio mais eficiente, bancos para circulação mais ágil do capital, bem como no mesmo local, enfim, melhoria em todos os aspectos.

Diante do exposto, contamos com a aprovação dos nobres Pares, autorizando a realização de plebiscito nas áreas supra citadas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 080/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam proibidas no Estado do Paraná a utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades proibidas:

- Sob pena de crime inafiançável, conforme a Lei n° 7.653 de 12.02.88.

§ 1° - A captura e a manutenção em cativeiro, poderá ser realizada apenas para fins didático-científicos, mediante prévia anuência de órgãos ambiental estadual e federal.

§ 2° - A coleta (captura seguida de sacrifício) de exemplares da referida fauna, poderá ser realizada apenas para descrição de novas espécies, mediante projeto técnico-científico: elaborado por instituição de pesquisa pública ou privada e aprovado por órgão ambiental estadual e federal.

Art. 2° - O Poder Público Estadual dever garantir a preservação dessas espécies bem como dos ecossistemas que sirvam de habitat as mesmas.

Art. 3° - Considera-se fauna ameaçada de extinção, animais nativos originários do país que, através de levantamentos realizados pela comunidade científica, apresentam número reduzidos a níveis críticos.

A categoria supra-citada é representada pelas seguintes espécies:

MAMMALIA

NOME CIENTÍFICO

Chironectes minimus (Zimmerman, 1879)
Cebus apella (Linnaeus, 1758)
Alouatta fusca (E. Geoffroy, 1812)
Leontopithecus caissara (Lorini & Persson, 1990)
Priodontes maximus (Kerr, 1792)
Mymecophaga tridactyla (Linnaeus, 1758)
Agouti paca (Linnaeus, 1766)
Chrysocyon brachyurus (Illiger, 1815)
Speothos venaticus (Lund, 1842)

NOME VULGAR

culca-d'água
macaco-prego
bugio/guariba
mico-leão-da-cara-preta
tatu-canastra
tamanduá-bandeira
paca
lobo-guará
cachorro-vinagre

Lutra longicaudis (Olfers, 1818)
Pteronura brasiliensis (Gmelin, 1788)
Felis concolor (Linnaeus, 1771)
Felis pardalis (Linnaeus, 1758)
Panthera onca (Linnaeus, 1758)
Tapirus terrestris (Linnaeus, 1758)
Tayassu pecari (Link, 1795)
Ozotoceros bezoarticus (Linnaeus, 1758)
Blastoceros dichotomus (Illiger, 1815)
Sylvilagus brasiliensis (Linnaeus, 1758)

lontra
ariranha
puma
jaguatirica
onça-pintada
anta-tapir
queixada
veado-campeiro
cervo-do-pantanal
tapiti

RÉPTEIS

Caiman latirostris (Daudin, 1802)
Chelonia mydas (Linnaeus, 1758)
Caretta caretta (Linnaeus, 1758)
Lepidochelys olivacea (Eschscholtz, 1829)
Eretmochelys imbricata (Linnaeus, 1766)
Demochelys coriacea (Linnaeus, 1766)
Clelia clelia (Daudin, 1803)
Bothrops cotiara (Gomes, 1913)

jacaré-de-papo-amarelo
tartaruga-verde
tartaruga-cabeçuda
xibirro
tartaruga-de-pente
tartaruga-de-couro
muçurana
cotiara

AVES

Rhea americana (Linnaeus, 1758)
Crypturellus noctivagus (Wied, 1820)
Crypturellus undulatus (Temminck, 1815)
Endocimus ruber (Linnaeus, 1758)
Tigrisoma fasciatum (Such, 1825)
Ptilerodius pileatus (Boddaert, 1783)
Anhima cornuta (Linnaeus, 1766)
Mergus octosetaceus (Vieillot, 1817)
Chondrohierax uncinatus (Temminck, 1822)
Accipiter poliogaster (Temminck, 1824)
Harpagus diodon (Temminck, 1823)
Harpia harpyja (Linnaeus, 1758)
Harpophalioetus coronatus (Vieillot, 1817)
Morphnus guianensis (Daudin, 1800)
Spizastur melanoleucus (Vieillot, 1816)
Leucopternis lacemulata (Temminck, 1827)
Spizaetus ornatus (Daudin, 1801)
Parabuteo unicinctus (Temminck, 1824)
Buteogallus aequinoctialis (Gmelin, 1788)
Circus buffoni (Gmelin, 1788)
Daptrius americanus (Boddaert, 1783)
Crax fasciolata (Spix, 1825)
Ortalis guttata (Spix, 1825)
Pipile jacutinga (Spix, 1825)
Cariama cristata (Linnaeus, 1766)
Columba speciosa (Gmelin, 1789)
Claravis godefrida (Temmeenck, 1811)
Ara ararauna (Linnaeus, 1758)
Ara chloroptera (Gray, 1859)
Ara maracana (Vieillot, 1816)
Aratinga auricapilla (Kuhl, 1820)
Aratinga aurea (Gmelin, 1789)
Amazona amazonica (Linnaeus, 1766)
Amazona brasiliensis (Linnaeus, 1766)
Triclana malachitacea (Spix, 1824)
Coccyzus euleri (Cabanis, 1873)
Pulsatrix perspicillata (Latham, 1780)
Ciccaba huhula (Daudin, 1800)
Aegolius harrisi (Cassin, 1849)
Nyctibius aethereus (Wied, 1820)
Nychiophrys ocellatus (Tschudi, 1844)
Chrysolampis mosquitos (Linnaeus, 1758)
Lophornis magnifica (Vieillot, 1817)
Heliomaster longirostris (Audebert & Vieillot, 1801)
Heliomaster furcifer (Shaw, 1812)
Chloroceryle inde (Linnaeus, 1766)
Chloroceryle aenea (Pallas, 1764)
Momotus momota (Linnaeus, 1766)
Jacamaralcyon tridactyla (Vieillot, 1817)
Ramphastos vitellinus (Lichtenstein, 1823)
Pteroglossus aracari (Linnaeus, 1758)

ema
jaó-do-litoral
jaó
guará
socó-boi-escuro
garça-real
anhuma
pato-mergulhador
gavião-caracoleiro
tauatô-pintado
gavião-bombachinha
harpia
águia cinzenta
uirapu
gavião-pato
gavião-pombo
gavião-de-penacho
gavião-de-asa-de-telha
caranguejeiro
gavião-do-banhado
caracará-preto
mutum
aracua
jacutinga
serfema
pomba-trocal
paruru
arara-canindé
arara-vermelha
maracanã
jandala
maritaca-cabeça-de-côco
papagaio-curuca
papagaio-chauá
sabiá-cica
papa-lagartas-cinzento
murucutu
coruja-pintada
caburé-canela
mãe-da-lua
bacurau-ocelado
belja-flor-vermelho
topetinho-vermelho
belja-flor-bicudo
estrelinha-de-leque-azul
martim-pescador-da-mata
arirambinha
udu-de-coroa-azul
cuitelo
tucano-de-bico-preto
araçari

Dryocopus galeatus (Temminck, 1822)
Lepidocolaptes angustirostris (Vieillot, 1818)
Hylodyptes rectirostris (Wied, 1831)
Phacellodomus striatocollis (Lafresnaye & D'Oobigny, 1838)
Anabazenops fuscus (Vieillot, 1816)
Sturnellaxis hipospodia (Sciater, 1874)
Philydor dimidiatus (Pelzelin, 1859)
Thamnophilus punctatus (Shaw, 1809)
Dysithamnus xanthopterus (Burmester, 1856)
Herpsilochmus atricapillus (Pelzelin, 1868)
Dryophila ochropyga (Hellmayr, 1906)
Biatas nigropectus (Lafresnaye, 1850)
Conopophaga melanpos (Vieillot, 1818)
Suiriri suiriri (Vieillot, 1818)
Phylloscartes paulistus (Hering, 1907)
Ramphotrygon megacephala (Spix, 1825)
Platyrinchus leucoryphus (Wied, 1831)
Xolmis velata (Lichtenstein, 1823)
Tachuris rubrigastra (Vieillot, 1817)
Culicivora caudacuta (Vieillot, 1818)
Polystictus pectoralis (Vieillot, 1817)
Antilophia galeata (Lichtenstein, 1823)
Lipaugus ianioides (Lesson, 1844)
Piprites pileatus (Temminck, 1822)
Ramphocaenus melanurus (Vieillot, 1819)
Poliophtila lactea (Sharpe, 1885)
Arremon taciturnus (Hermann, 1783)
Oryzoborus angolensis (Linnaeus, 1766)
Sporophila frontalis (Verreaux, 1869)
Sporophila leucoptera (Vieillot, 1817)
Sporophila bouvreil (Muller, 1776)
Cypsnagra hirundinacea (Lesson, 1831)
Neothraupis fasciata (Lichtenstein, 1823)
Chlorophanes spiza (Linnaeus, 1758)
Dacnis nigripes (Pelzelin, 1856)
Cacicus solitarius
Scaphidura oryzivora (Gmelin, 1788)
Psarocolius decumanus (Pallas, 1769)
Cyanocorax cyanomelas (Vieillot, 1818)
Cyanocorax cristatellus (Temminck, 1823)

pica-pau-de-cara-amarela
arapaçu-do-cerrado
barranqueiro
tio-tio
trepador-de-coleira
tererê
limpa-folhas-ocráceo
choca-da-mata
choca-das-costas-castanhas
fornigueiro-cinzento
choquinha-riscada
chocão-de-bigode
chupa-dente-de-máscara
guasava-de-cerrado
paulistinha
patinho-cabeçudo
patinho-grande
noivinha-de-costas-cinzentas
papa-piri
mosqueteiro-do-brejo
papa-moscas-canela
tangará-de-chifre
suissa
dançador-coroado
chinto-bicudo
balança-rabo
tico-tico-de-bico-preto
curió
pichochó
chorão
caboclinho
sanhaço-andorinha
sanhaço-de-máscara
saf-verde
saf-perna-preta
graúna-de-bico-branco
graúna
japú
gralha-violeta
gralha-do-cerrado

Art. 4º - A introdução e a reintrodução de exemplares da fauna ameaçada de extinção em ambientes naturais, compete ao Estado e deverá ser efetuada com base em dados técnicos e científicos.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O processo de extinção constitui uma consequência natural dos mecanismos da seleção natural e das transformações sofridas pelas próprias espécies.

Hoje, entretanto, deve-se predominantemente à alteração de habitats naturais, pela intervenção do homem no equilíbrio das comunidades, provocando alterações e comprometendo a capacidade de auto-regulação para o equilíbrio ecológico.

O desaparecimento de espécies vem ocorrendo a um ritmo nunca antes presenciado no planeta.

No Estado do Paraná a taxa de extinção assume proporções significativas, decorrente da supressão e substituição da cobertura vegetal nativa inicialmente pela intensa exploração madeireira, seguida pela expansão agropecuária e mais recente-

mente pela implantação de grandes obras de construção civil.

O objetivo principal do presente projeto é o de divulgar e fazer conhecer a fauna silvestre paranaense, alertando e provocando uma nova postura em relação à conservação dos recursos naturais e a importância da proteção da fauna.

PROJETO DE LEI N° 081/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro Espírita "Santa Bárbara Iansã" com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 05 de novembro de 1991, o Centro Espírita Santa Bárbara Iansã vem cumprindo as finalidades destacadas em seu Estatuto, dentre estas, especialmente, as tarefas sociais e de solidariedade humana.

Reconhecido como de utilidade pública no Município de Cascavel, por força da Lei n° 2.402/93, de 04 de novembro de 1993, o Centro Espírita "Santa Bárbara Iansã" atende as exigências legais necessárias ao seu reconhecimento como de utilidade pública estadual para usufruir direitos instituídos em lei.

Ao presente plano de lei encontram-se anexados os diversos documentos instrutores da matéria em tela.

PROJETO DE LEI N° 082/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo - Fundação Toledo, com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Toledo é uma instituição que tem como princípio maior mediar ações para incentivar os agentes públicos e privados para promover o desenvolvimento integrado e harmônico do Município e Região.

Dentre os tantos objetivos constantes do art. 5° dos seus Estatutos, estabele-

ceram ainda fins específicos que orientam: a) pesquisa e difusão do conhecimento científico e tecnológico; b) a formação de recursos humanos para fomentar o desenvolvimento municipal e regional; c) o planejamento municipal e regional de forma integrada com setores da administração pública e da sociedade; d) a concepção, a elaboração e execução dos projetos, integrando-se o setor científico e produtivo.

A Fundação Toledo é integrada por 10 (dez) membros indicados por Sindicatos, Associações, Entidades de Cooperativas e profissionais com conhecimentos na área, além de Prefeito Municipal, Diretor da Unioeste "Campus de Toledo - FAVITOL", titulares das Secretarias Municipais, que compõem o Conselho de Administração, cujos membros não recebem remuneração.

A par dos objetivos e fins específicos, a Fundação Toledo desenvolve ainda os seguintes programas comunitário: Programa da Criança e do Adolescente, com os sub-programas de Meninos de Rua; Oficinas; Creches e Pré-Escola. Programa da Família, com sub-programas: Alfabetização do Adulto; Fala Mulher; Terceira Idade; Cidadania; Otimização do Espaço Urbano; Vivenda da Costura e Capacitação de Recursos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo Requião chega ao seu final e lamentavelmente nós temos que tecer algumas considerações que gostaríamos de não tecê-las. O Governo que desde que entrou nunca, pelo menos, manifestou desejo de apurar as denúncias formuladas por Deputados desta Casa, por instituições do Estado, por associações e por eleitores.

É uma vergonha o que aconteceu no atual Governo. Denúncias formuladas por parlamentares inclusive da própria bancada do Governo, nunca foram apuradas, Governo Requião coloca sob as suas asas e até promove aqueles que são denunciados de malversação dos recursos públicos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Abrindo os jornais do último final de semana, ficamos pasmos com as manchetes e com as acusações mútuas promovidas entre os próprios secretários do Governo Roberto Requião.

Um dos jornais traz a seguinte manchete "Scarpeline exige a cabeça de Romaneli, senão conta tudo", e no último dia 17 o Senhor José Domingos Scarpeline, Secretário Especial do Governo, fez publicar na imprensa do Paraná um anúncio pago onde tece considerações negativas ao Senhor Ro-

manelli, Secretário da Habitação.

Nesse anúncio pago tem observação interessante. No item terceiro desse anúncio pago "o caso da conexão Curitiba/Nova Esperança", também precisa ser explicado pois uma pequena serralheria de Nova Esperança, passou a vender vitrô e batente de portas fora da especificação técnica, com o consentimento do Senhor Romanelli que orienta seus engenheiros a aceitarem o produto e cada vitrô pese dois quilos à menos que o mínimo exigido tecnicamente".

Acima, no item 1 - ele diz que o Senhor Romanelli comprou uma mansão, e cita aqui o João Alves do Paraná, por duzentos e cinquenta mil dólares.

Estou requerendo, Senhores Deputados, à Mesa, com apreciação de V.Exas., a formação de uma Comissão Especial para investigar essas denúncias, que tem a mesma comparação com as denúncias, até mais grave, quando o irmão do Collor denunciou o Collor de conluio com o PC, com o recebimento de propinas e acertos para viabilizar recursos na área Federal.

É necessário que a Assembléia não fique omissa e que saíamos à luta, busquemos a responsabilidade, que nós formemos uma comissão especial de parlamentares para buscarmos a verdade e demonstrar ao Paraná a verdade sobre a denúncia formulada pelo Senhor Scarpeline, Assessor Especial do Governo Roberto Requião.

Não é possível que a Assembléia fique à margem e assistindo as denúncias de malversação de recursos públicos, por elementos do próprio governo, não é Mário Bezerra, Deputado de oposição, que está denunciando, é o Senhor Scarpeline que denuncia o Senhor Romanelli, o homem da Casa de Família, a ilusão que o governo coloca na televisão dizendo que banca tudo, mas que na verdade é só uma pequena parcela.

É necessário que se forme essa Comissão, sob pena da Assembléia ser conivente, porque o Senhor Scarpeline é claro e diz que o Senhor Romanelli desvia recursos e que constrói as casas com material de segunda categoria, ele diz, não é o Mário Bezerra que diz. Que formemos a Comissão imediatamente para buscarmos junto ao Romanelli e junto ao Scarpeline quem é que fala a verdade. Tenho certeza que o Scarpeline fala a verdade porque não iria se colocar no papel ridículo de fazer uma denúncia vazia.

Que formemos uma Comissão - e peço a contribuição dos Senhores Parlamentares para que aprovemos o Requerimento - porque essa não é a única denúncia contra o Governo Roberto Requião, temos denúncias graves contra o Secretário do Trabalho e Ação Social que não foi investigado; denúncia contra a SANEPAR, através do seu Presidente, que é o Senhor Stênio, patro-

cinado por uma empreiteira que tem escritório aqui no centro de Curitiba para a campanha eleitoral; temos denúncias contra o chefe da Casa Militar, Coronel Wantuil Borges, no escândalo dos helicópteros; denúncias do Porto de Paranaguá; desvio de recursos; favorecimento a empresas que também o Governo Roberto Requião não fez promover a devida investigação.

É necessário que a Assembléia não fique omissa e nesse caso específico da casa da família, do Secretário Romanelli, que busquemos a verdade e que punamos os responsáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem o PTB elegeu o seu novo Presidente a nível Nacional, é o Senador José Eduardo de Andrade Vieira. Estivemos numa comissão petebista de Parlamentares em Brasília levando a nossa solidariedade, e naquela ocasião ficamos impressionados com a receptividade que o Ministro teve, que o ex-Ministro teve em relação ao seu nome para dirigir o Partido Trabalhista Brasileiro.

Como foi impossível os Parlamentares do Paraná na sua totalidade, e o povo do Paraná, ficar sabendo do discurso do nosso Presidente Nacional do PTB, José Eduardo, eu o transmito nesse instante para que os Senhores possam tomar conhecimento.

O Senador José Eduardo promoveu ontem o seguinte discurso no ato de sua posse como Presidente do PTB Nacional (Lê):

"A REVOLUÇÃO TRABALHISTA

José Eduardo de Andrade Vieira
Senador da República (PTB-PR)

Muito mais do que uma alegria, uma satisfação ou um prazer, estar aqui reunido com todos vocês, meus queridos companheiros do PTB, é uma honra, um momento de realização em minha vida de homem público.

Não sou homem de dourar a pílula. Todos que me conhecem sabem muito bem que não sou daqueles homens que tentam esconder suas idéias atrás do biombo das palavras. Para mim, palavras expressam pensamentos, e estes se refletem em ação.

Meus companheiros, muitos de vocês devem estar se perguntando por que eu, um banqueiro, um industrial, um fazendeiro, optei pelo PTB na hora de escolher um partido político. A explicação está na pró-

pria sigla do partido. Como vocês, sempre fui um trabalhador, desde criança. Continuo trabalhando muito, conforme podem testemunhar meus companheiros do Senado Federal e os membros da equipe que formei nos 14 meses passados no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Da mesma forma, não tenho vergonha de ser brasileiro. Muito pelo contrário: quero o melhor para a nossa pátria, para o nosso Brasil, para a nossa gente.

Entrei na política, meus companheiros trabalhistas, porque sempre fui inconformado com a situação do Brasil. Não me conforme em ver esse País tão rico abrigar em suas fronteiras 32 milhões de famintos miseráveis. Enquanto um brasileiro passar fome nesse celeiro potencial do mundo, eu não conformarei. Vocês se conformariam? E o nosso jeito de manifestar o inconformismo é na ação política, na busca das soluções coletivas para os nossos grandes problemas sociais e econômicos.

Chego até a ficar impaciente quando me deparo com a turma do "não adianta". Uma das mais graves doenças institucionais brasileiras é o conformismo. Sempre que nos deparamos com um problema difícil de ser resolvido, aparece um sujeito conformado para dizer "não adianta". Mas nós estamos aqui, hoje, para dizer, a toda Nação brasileira, que adianta, que adianta, sim. O Brasil tem jeito!

Não aceito a paralisia. Sempre tive fé. Sempre achei que adianta, sempre achei que o Brasil tem jeito, sim. Só que o jeito está numa palavra fácil de dizer, mas difícil de fazer. A palavra é parceria. Como brasileiro, passei dez anos pregando o entendimento entre capital e trabalho, a sociedade com os patrões, para o bem de todos.

Sempre acreditei na possibilidade desse entendimento.

Como vocês podem ver bem, também tenho razões históricas para optar pelo PTB. Porque nosso partido foi fundado pelo doutor Getúlio Vargas exatamente para dar maioria política ao trabalhador brasileiro. Graças à ação do PTB de Vargas, o trabalhador brasileiro fala hoje de igual para igual com todos os agentes econômicos na hora de decidir os destinos nacionais.

E o PTB tem ajudado e trabalhado nisso duramente. Essa tem sido a nossa luta.

O mundo mudou muito desde que o nosso fundador saiu da vida para entrar na história. Mas o fundamental não mudou o diálogo entre o capital e o trabalho continua sendo válido e indispensável para resolver os grandes problemas nacionais. Quero aqui assegurar a vocês, meus companheiros, que pude testemunhar a possibilidade de sucesso desse diálogo ao conduzir, pessoalmente, as negociações na Câmara Setorial da

Indústria Automotiva, que tiveram grande êxito graças à participação ativa das multinacionais, dos fornecedores e dos trabalhadores, representados pelos líderes da Força Sindical, da CUT e da CGT.

Devo reconhecer que não se trata de uma tarefa fácil. Mas minha missão maior na vida pública, meus queridos companheiros, é lutar para dar a todos os brasileiros as mesmas oportunidades que o trabalho me deu. Acredito, firmemente, que chegamos à condição de país do primeiro mundo. E isso não se dará no dia em que todos pudermos viajar para o exterior, mas sim no dia em que todos os trabalhadores tiverem as mesmas condições de vida e de trabalho dos operários americanos, dos operários japoneses, dos operários europeus.

Mas, hoje, meus companheiros, lamentavelmente, o grande fantasma que assusta a todos, no planeta inteiro, é o desemprego. O desemprego, vocês sabem muito bem, é a maior praga nesse fim de milênio no mundo inteiro. Por isso, estou aqui com vocês para propor um programa, que batizaremos de "Revolução Trabalhista", porque somente uma revolução poderá resolver nossos maiores problemas. Essa revolução pode ser resumida em mais empregos, melhores salários, menos impostos e menos juros.

E nós do PTB, meus companheiros, temos medo de revolução? Não, nós não temos!

Nossa revolução, repito, propõe mais empregos, melhores salários, menos impostos e menos juros. E agora, companheiros, vamos falar dessas nossas bandeiras.

Emprego. Creio que a nossa bandeira tem de ser a do emprego permanente e bem remunerado, porque o principal dos direitos humanos é a certeza do trabalho e o PTB de Alberto Pasqualini e do nosso saudoso Paiva Muniz não aceita a humilhação do trabalhador sem trabalho.

Trabalhador sem trabalho, meus companheiros, é como um pássaro sem asas, sofrendo a humilhação de não poder alçar vôo! Garantir trabalho ao homem é de dever, uma obrigação, do administrador público. Entendo que governar pressupõe estimular permanentemente a sociedade e gerar empregos, para que todo cidadão tenha assegurado o seu direito sagrado ao lazer, ao prazer e à felicidade.

O PTB do Doutor Getúlio luta ainda pela liberdade de trabalhar, produzir, vender e comprar. Luta pela justa distribuição da riqueza, produzida por todos e para todos. Acredito, firmemente, que o melhor jeito, a melhor forma de distribuir renda é dar mais empregos e melhores salários. Agora!

Uma bandeira histórica do PTB é a reforma agrária. Devemos lutar por ela. Devemos lutar pela defesa das cooperativas de produção, da formação profissional do

trabalhador do campo e da criação de empregos na lavoura. Temos, também, de lutar contra o uso de terra como dinheiro, como reserva de dinheiro. Temos que cobrar impostos progressivos, para acabar com a especulação dos latifúndios improdutivos, e garantir a distribuição da terra para quem quer e precisa produzir.

O PTB do Doutor Getúlio sempre defendeu a distribuição da riqueza nacional, com o crescimento da economia, para gerar empregos, salários decentes e um salário interno maior. Igualmente, nós do PTB, também defendemos o combate permanente à fome e à falta de saneamento. Uma administração petebista descentralizará o sistema de saúde, que começa no emprego, na comida e na educação e termina no remédio mais barato.

A "Revolução Trabalhista", que juntos vamos fazer, defende a produção mais barata de comida, dobrando as safras agrícolas pela produtividade, pela tecnologia e pelo estímulo à agroindústria, com a geração de mais emprego. A "Revolução Trabalhista" combate a inflação, porque o salário do trabalhador precisa valer mais, para sobrar mais dinheiro em seu bolso. O PTB vai às ruas lutar pelo pleno emprego, com menos impostos na folha de pagamento. O salário precisa menos e valer mais. O salário precisa chegar ao bolso do trabalhador.

Vocês sabem muito bem que sempre combati as elevadas taxas de juros e me identifiquei com o nosso partido, por acreditar que, se baixarem os juros bancários, a produção será estimulada e haverá mais postos de trabalho para o cidadão brasileiro.

Outro ponto de identidade entre o meu passado e o nosso PTB é o primado da "Revolução Trabalhista", a liberdade de trabalhar, a liberdade de produzir, a liberdade de consumir e decidir. A democracia e a estabilidade jurídica são direitos do trabalhador. A meta da "Revolução Trabalhista" será sempre o homem, que merece viver numa sociedade ética, justa e solidária.

O PTB defendeu e continuará defendendo o direito de todos os brasileiros à educação e à profissionalização. As escolas precisam formar o brasileiro para a vida e para o emprego. É obrigação do bom governo investir prioritariamente na escola pública, para assegurar oportunidades iguais para todos. Até a segurança pode ser aumentada pela oferta de mais empregos. É a vacina do trabalho no combate à violência, ao crime organizado e às drogas.

O PTB defende hoje, como sempre defendeu, a ética e a transparência na administração pública. O PTB condena a corrupção. O PTB condena a política interesseira da-

queles que querem defender seus privilégios e acabam por reduzir o número de empregos para os que estão fora do mercado de trabalho. O PTB luta pela autonomia dos estados e municípios, que são os centros geradores de emprego, saúde, educação e casa própria para o trabalhador.

A "Revolução Trabalhista" propõe um mutirão de parcerias entre o governo, patrões e empregados para resolver, no dia-a-dia, os problemas da economia. O País tem pressa. O povo não pode mais esperar. E nada melhor que a negociação direta entre os trabalhadores, os patrões e o governo para garantir o crescimento e o emprego permanente, e não temporário, que alivia, mas não resolve.

O PTB, sintonizado com o mundo moderno, depois da queda do muro de Berlim, da dissolução do império soviético e da unificação do Mercado Comum Europeu, defende também a privatização, mas desde que ela seja subordinada à exigência da sociedade com os empregados. De um lado, a estatização não enche a barriga, nem tem o direito de barrar empregos e salários dignos. Mas, de outro, o programa histórico do partido sempre lutou pelo primado do social. O PTB defende um estado eficiente, voltado para as suas atribuições básicas: saúde, educação, habitação e segurança.

Coerente com os princípios que nortearam suas origens, no bojo do programa de privatização, nosso PTB defende o contrato coletivo de trabalho e a participação do trabalhador na gestão das empresas. O PTB entende que a vida é o maior patrimônio do ser humano. Por isso, todos nós, trabalhistas, devemos lutar pela conservação da natureza e do meio ambiente.

Sempre que falo desses princípios, vem a pergunta inevitável: onde um governo trabalhista vai conseguir recursos para realizar uma obra tão complexa e cara como esta? Tenho a ousadia de dizer a vocês que eu sei onde está o dinheiro para realizar isso tudo. O dinheiro está nos 80 bilhões de dólares que a sociedade brasileira consegue poupar todos os anos. Ele não aparece porque é mal aplicado em projetos que não são prioritários ou somem nos escaninhos da burocracia, que a CPI do Orçamento tão bem nos mostrou.

Basta saber aplicar bem esses recursos que eles renderão mais empregos, melhores salários e uma vida mais digna para o trabalhador brasileiro. Muita gente acredita que o fato de eu ser banqueiro pode atrapalhar meus projetos na vida pública. Sempre me orgulhei do meu trabalho como produtor rural, do meu trabalho como industrial, do meu trabalho como banqueiro. Toda essa bagagem, tenho certeza, dá-me segurança para decidir melhor na hora de

Curitiba, segunda, em 21.03.94

aplicar os recursos públicos, que são escassos.

Dinheiro só tem utilidade se servir para melhorar a vida do homem. Dinheiro precisa ter, também, uma função social. Eu sei onde está o dinheiro, onde estão os recursos. E sei também como usá-lo para gerar desenvolvimento e empregos, que vão melhorar e tornar mais digna a vida de todos os brasileiros.

Finalmente, muito obrigado pela fé e pela confiança que vocês estão depositando em mim, meus queridos companheiros do PTB.

Estou aqui para convocá-los à luta pelo fortalecimento do nosso PTB e pelo encontro da solução para os problemas brasileiros. Ainda não somos muitos, mas se estivermos dispostos e unidos, impregnados dos melhores ideais, seremos como fermento bíblico, o sal da terra.

Vamos nos unir para que os ideais trabalhistas possam fermentar. Vamos, com vontade política, fazer a nossa "Revolução Trabalhista". Trabalho, emprego para todos os brasileiros. O Brasil tem jeito. O Brasil precisa de nós. Chega de crise. Vamos à luta!"

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos ontem em Brasília com uma parcela de Deputados do PTB. Fomos levar a nossa solidariedade ao Senador e Presidente do PTB Nacional. Saímos dessa reunião, convencidos de que o PTB do Paraná, representado pelos Parlamentares desta Assembléia, através do Diretório Regional, vai se engajar em toda a sua plenitude, em toda a sua força e com o tempo, haveremos de fazer com que isto, em pouco tempo, seja uma realidade. Vamos nos engajar na luta para que o Senador Presidente do PTB Nacional seja o candidato a governo do Estado pelo PTB. Homem que tem demonstrado num pequeno espaço de tempo em que é político, uma grande liderança. Está de fato, adestrado e gabaritado para fazer esse Paraná produzir e restabelecer a sua economia, diminuir o desemprego, colocar o Estado do Paraná à mesa das negociações para as grandes decisões nacionais, porque infelizmente, há um longo tempo o nosso estado vive à margem das decisões nacionais.

É necessário que assumamos a nossa parcela nessas decisões e o Senador José Eduardo é o homem indicado para fazer com que o Paraná realmente comece a andar economicamente e comece a aparecer politicamente.

Portanto, com certeza absoluta, o PTB do Paraná, que o Deputado Nelson Justus, que lá esteve conosco ontem, teremos a certeza de que estaremos unidos nesta semana, articulando com os companheiros de Assembléia que lá não estiveram, articulando com os Diretórios Municipais, con-

versando com os companheiros suprapartidários, para que o Senador José Eduardo, quanto antes, venha para o Paraná e participe com grande importância do processo político nacional. Aí sim, o Paraná vai ter um grande governador. Teremos um grande embaixador lá em cima, porque o governador é a peça fundamental para que nosso Estado de fato, participe das decisões e tenha aquilo de direito constitucional, que é a sua parcela dentro do orçamento.

Portanto ontem, a nossa ida a Brasília, Senhores Deputados, foi muito importante para que viéssemos da Capital Federal convencidos de que o Senador José Eduardo, primeiro tem que ser governador do Paraná, por uma exigência importante das bases eleitorais e após fazer um grande governo para esse Estado, ele se credencie a ser Presidente da República.

Esta foi a conclusão que tive ontem.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, do PDT.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna hoje para comentar a matéria feita pela Rede Globo ontem no "Fantástico". Acredito que dentro desta Casa tem um número bastante grande de Deputados que não se incluem dentro da matéria da Globo ontem à noite. A generalização que fez a Rede Globo - não sei com qual objetivo, porque a Globo não fez a filmagem aqui na quinta-feira e não disse quais os Deputados que estavam presentes.

Estamos notando aqui hoje nesta Casa, que temos aqui em torno de 35, 40 Deputados, na segunda-feira. Só falta a Rede Globo chegar aqui, às 7:00 horas da noite, pedir para acender as luzes e filmar e dizer que aqui não tinha nenhum Deputado.

Faço essa crítica, temeroso, pelo poder da Globo. Mas prefiro acabar com minha carreira política do que agüentar a generalização que estão fazendo. Porque posso até ter sido um Deputado não atuante dentro deste Plenário, mas tenho sido um Deputado assíduo, freqüentador e trabalhador pela minha região.

Convido ao repórter da Rede Globo para me acompanhar durante uma semana no meu trabalho, no meu trabalho de contato na minha Região, o meu trabalho atento aqui nesta Casa - que tenho mais de 95% de freqüência nas Sessões dessa Casa - e aí, de repente, assistindo o "Fantástico" ontem à noite - na primeira oportunidade que meu pai veio do interior, meu pai nunca veio à Capital depois que sou Deputado - assistindo ao lado de meu pai o "Fantástico",

senti-me envergonhado, senti-me arrasado porque me compararam como mais um João Alves na vida política brasileira.

Posso ter todos os defeitos como homem, mas acredito que a Rede Globo teria que começar a fazer justiça e começar a mostrar a verdade. Mostraram ontem que um Deputado ganha um milhão e quinhentos mil cruzeiros reais. Naturalmente eles deveriam - aquela repórter loura e bonita que fez aquela matéria ontem - poderiam acompanhar o nosso trabalho, o meu trabalho, o meu eu tenho conhecimento.

O que faço pelos meus amigos do interior que não tem ninguém que os socorra, aquele pequeno agricultor que recorre porque não conhece Curitiba e vem comigo para Capital para atendê-lo. Aqueles meus amigos que o Governo tinha obrigação de atender e eu faço. Além disso, tenho tido aqui nesta Casa uma frequência assídua, tenho procurado no dia-a-dia desta Casa me comportar de uma forma para ajudar a minha Região Sul do Estado do Paraná.

Mas me assusta a maneira como estão tratando o Legislativo. Porque o Legislativo, meus amigos, não tem verba para sustentar os meios de comunicação desse País. Quem assiste o "Jornal Nacional" vê, cada intervalo do "Jornal Nacional" vemos as propagandas do Governo do Estado. Propagandas que nós conhecemos e que não custam pouco aos cofres e ao povo paranaense. Todos sabem que o programa Panela Cheia desse Estado, todos sabem, e porque não é divulgado, gastou 80 milhões de dólares neste programa, mas, gastou, por outro lado, 40 milhões de dólares em propaganda, e é por isso que não vemos crítica ao Governo do Estado.

Vamos fazer o seguinte, vamos fazer que o Governo do Estado acerte 99% das suas atitudes administrativas, mas será que não tem 1% de erro para ser criticado, será que eles não poderiam ver o Governo Requião fazendo campanha para Presidente da República, e que todos os Srs. sabem, e também em vez de estar fazendo campanha para Presidente da República a televisão teria que ter mostrado que ele teria que estar no Paraná governando esse Estado.

Nós sabemos disso. Mas o Poder Legislativo não tem dinheiro para se defender, nós não temos verbas para nos defender, mas e aí somos comparados, todos ao João Alves brasileiro. Quero dizer aos Srs. que talvez este meu discurso tenha consequências graves, talvez esteja aqui hoje encerrando o meu mandato político, mas prefiro encerrar a minha carreira hoje do que levar a pecha que a Globo me quer colocar como um homem que não trabalha, um homem que é corrupto, um homem que rouba o povo do Paraná. Talvez hoje seja o meu último discurso aqui, mas o faço com honradez,

porque prefiro o pior para a minha carreira, mas, jamais, jamais vou aceitar esta maneira como estão nos tratando.

Permito um aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Bom, não quero saber da vida do Requião, se ele vai para lá, vai para frente, vai para trás. Não me interessa nada disso, não me interessa. Vem vindo um novo governador aí, o Dr. Mário Pereira, daqui a pouco tem eleições. E não me importa quem ganhar as eleições; ganha-se José Eduardo, seja Dr. Jaime Lerner, seja o Governador Álvaro Dias.

Estou mais ansioso após a retirada do Sr. Requião, quando ele voltar ao convívio do seu lar, quero aguardar a denúncia do meu querido Deputado Nilton Barbosa, conforme foi manchete no "Jornal Correio de Notícias".

Me realizo lendo a coluna do Mazza, me realizo lendo uma série de colunas que, realmente, retratam o meu Paraná.

Fiquei impressionado ontem ao ver a Rede Globo. Sou um Deputado, não sou melhor do que ninguém, mas defendendo este Parlamento com unhas e dentes. Aqui é minha segunda casa, Deputados, moro aqui dentro também. Durante oito anos, se não estou na frente do gabinete do Fregonese. O meu gabinete já não é mais gabinete, ali é a porta da miséria, do desespero. Agora está lotado lá, tenho que ir para lá, tenho que atender.

Então, Deputado é assim: uma hora você está em Plenário, outra hora você tem que atender o povo.

Tenho uma convicção de vida. Fui rotariano muitos anos na minha vida e aprendi uma coisa no Rotary que é dar de si antes de pensar em si. E é uma filosofia. Ninguém tem nada a ver com a minha vida, faço o que bem entendo com o meu dinheiro, não tenho que dar satisfação para ninguém. Fui eleito pelo voto democrático, o povo me colocou aqui dentro; vai me colocar de novo, o mais votado do Paraná de novo, as pesquisas não mentem.

Então, não estou preocupado. Estou preocupado em trabalhar. Estou aqui, deixo de ir para Londrina, deixo de cuidar do meu neto que está no hospital, corro para lá, corro para cá, enfim.

Mas acho uma sacanagem! Estava aqui na Sessão e me botaram na Globo "dis costas", "dis costas", só faltou fazer a careca. É brincadeira! É brincadeira!

Acho a atitude louvável do Dr. Rosinha quando vem aqui e diz: olha, o Deputado Ernani está representando em tal cidade. Quando o Deputado Ovídio Constantino vem e fala que o Deputado Mário Bezerra está representando, a Deputada Emilia está repre-

sentando, entendeu? Todo mundo aqui, vejo todo mundo aqui com algumas exceções, mas duvido! Esses oito anos passei a minha vida aqui dentro, a minha vida aqui dentro muitas vezes doente. Desmaiei nesses corredores duas vezes, duas vezes, trabalhando, dando a minha vida porque amo este Parlamento.

Ser Deputado é muito fácil, você pode se candidatar, eleger-se, mas para ser Deputado você tem que ter vontade política de resolver os problemas. Não adianta você estar aqui dentro só aprovando requerimento, aprovando projeto; você tem que ser um eterno fiscalizador, você tem que fiscalizar, você tem que buscar soluções para os problemas daqueles que batem à sua porta, soluções para uma série de problemas, mas uma série de problemas. Por exemplo, hoje estava vendo o "Jornal Indústria e Comércio" e o Paraná está com o maior índice de desemprego da história deste País. Vocês lêem "Indústria & Comércio", lêem, lêem?

Então não sei se preocupam de mostrar este Parlamento como se fosse aqui todo mundo gigolô do dinheiro público. Não sou gigolô do dinheiro público não, Deputado Martins, não sou não, mas não tenho que dar satisfação a ninguém, porque ninguém chuta cachorro morto.

Podem falar o diabo que quiserem, agora, defendo este Parlamento, mas defendo com galhardia, defendo Deputado por Deputado, está todo mundo aqui dando a sua guarida; Deputado lhe defendo, lhe conheço, sei que o Sr. dá a vida pela sua região, o Sr. é um Deputado municipalista, o Sr. é um Deputado especialmente municipalista.

Concedo o Horário do PTB a V. Exa., para continuar esse debate.

V. Exa. é um Deputado municipalista, como o Deputado Toti, que vai corre, resolve, debate. Cada um aqui tem o seu sonho, o seu ideal.

Deputado Paulo Maia vai à tribuna, defende o funcionalismo público. Quantas vezes vejo aqui a Deputada Emilia defender o IAPAR, ela dá a vida, ela briga, ela vai, ela luta. O Deputado Fregonese é pelo Porto. O Deputado Rosinha, hoje mesmo comentei, estou até apavorado, por que não se criar, não transformar a Casa do Abrigo que V. Exa. queria em termo de congresso?

Então cada um tem a sua luta, mas acho brincadeira, fiquei me procurando, de repente me vi de costas, só deu para ver o paletozinho de linho, meio amarrotadinho e o toquinho da cabeça, falei aquele lá sou eu.

Fico pensando, política...

Não quero falar mais nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Parti-

cipo aos nobres Deputados que, quando estou na Presidência da Mesa, não transfiro horário de outros partidos para Parlamentares, mas hoje é uma defesa da nossa instituição, inclusive estamos abrindo uma exceção e vamos deixar sem contar o tempo mínimo estabelecido.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o aparte do Deputado Alborghetti e concedo aparte ao Deputado Lourenço Fregonese.

Mas antes, Deputado, só gostaria que o Sr. permitisse que eu acrescente o seguinte: é natural que essa matéria foi encomendada pela Central Globo de Televisão, não foi nem pelo Canal 12, porque também quero ressaltar aqui para não ser radical nas minhas posições, tenho profundo respeito pelo Canal 12 aqui do Paraná e pelo seu proprietário, pelas suas defesas das causas paranistas.

Venho de uma região que onde hoje temos municípios que podem ser considerados ricos economicamente nas suas administrações públicas, graças a luta do Canal 12. Agora, nem por isso ela tem o direito de nos comparar ao João Alves.

Com aparte o Deputado Lourenço Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Deputado Rossoni, eu o parabenizo na tarde de hoje, porque a mesma indignação que o Sr. está tendo hoje senti ontem, quando assisti o programa da Rede Globo.

Existe no País uma campanha de desmoralização do Poder Legislativo. Não podemos permitir que as instituições passem a sofrer este tipo de pressão. Toda imprensa paranaense, toda imprensa brasileira sabe quem são os parlamentares que trabalham em favor da população, tanto do Paraná, como do Brasil.

É inadmissível que as pessoas venham numa quinta-feira, façam uma filmagem encomendada aonde sair do Plenário é uma prática legislativa para que não se aprove uma matéria discutível e passem a tentar informar à toda população do Paraná e do Brasil que os Deputados são omissos.

Por que a imprensa não publica as palavras do Governador Roberto Requião, que disse neste Plenário que a Assembleia Legislativa do Paraná é a melhor Assembleia do Brasil? A Assembleia que mais trabalha nesse País. A Assembleia que teve aqui votado um projeto de isonomia salarial com o Executivo e com o Judiciário, que foi a Assembleia Legislativa do Paraná que deu exemplo para o Brasil de integridade.

Por que não se publica que a grande maioria dos Deputados paga para ser Deputado? Que tira dinheiro do bolso para ajudar as pessoas carentes?

Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado

Carlos Simões, Deputado Algaci Túlio, Deputado Alborghetti, Deputado Annibelli, Deputado Paulo Maia, Bezerra, Severino, entre outros, Deputado João Iensen, todos. Conheço todos os Deputados, sei do trabalho deles. Se existe Deputado omissor? Existe sim, mas são muito poucos na Assembleia Legislativa do Paraná, e esses a imprensa conseguiu decifrar.

Agora, vejam bem, porque não se diz a verdade: não temos o direito e não temos o dinheiro para pagar a mídia, só queremos ser tratados como Parlamentares que honram o mandato, como Parlamentares que trabalham pelo Estado do Paraná.

Não queremos ser qualificados como Ibsen Pinheiro, como Genebaldo Correia, como João Alves. Não somos Brasília. Repito: não somos os Deputados de Brasília, queremos e temos orgulho de ser Deputados; temos vergonha quando acontecem esses absurdos em Brasília.

Só que o povo do Paraná e o povo brasileiro têm uma arma muito grande, que é o seu Título de Eleitor, e espero que esse povo tenha consciência, tenha realmente a visão de quem foram os Deputados que trabalharam, que embranqueceram seus cabelos aqui dentro em prol da população do Paraná.

Iludem-se as pessoas que pensam que o Deputado ganha um monte de dinheiro. Iludem-se.

Senhores Deputados, em prol da dignidade dos Parlamentares do Paraná, vamos parar com essa brincadeira de desmoralização de quem não merece.

Muito obrigado, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o aparte do Deputado Lourenço Fregonese, e acredito que nós, Deputados, teríamos que fazer nessa semana, uma semana de debates, até convocar a imprensa e debater qual é o melhor caminho para melhorarmos este País, quais são as atitudes verdadeiras.

Estou aqui - se precisar - segunda de manhã, terça-feira à tarde, terça-feira à noite, segunda à noite, domingo à noite, domingo de manhã; estou aqui para cumprir com o meu dever. Mas não quero ser comparado com pessoas que não são dignas de serem comparadas com muitos Deputados que aqui merecem o respeito, não só da Rede Globo, não só da imprensa paranaense, mas de todos.

Sabemos que onde tem cinquenta e quatro pessoas; sabemos que se formos fazer uma análise criteriosa, sabemos que naturalmente nem todos terão nota dez (10), mas nem por isso todos não prestam, não valem nada; porque como é difícil, meus companheiros, você estar ao lado do seu pai, ao lado da sua filha de quatorze anos, ao lado do seu filho de onze anos -

que são o que a gente tem de mais sagrado - e você se sentir como ontem à noite, envergonhado; e além de tudo sem ter condições de defesa, sabendo de que você cumpre com o seu dever religiosamente.

Em nome da verdade, em nome dos homens honrados desse País, em nome dos homens que querem ser sérios nesse País, vamos mudar as atitudes - os Parlamentares - vamos estar aqui presentes no nosso trabalho, vamos participar.

Mas pelo amor de Deus, a imprensa também está há hora de olhar de uma maneira mais correta e não generalizar, da forma como estão generalizando.

Talvez seja esse o meu último discurso aqui nesta Casa, porque, se for para voltar a ser Deputado e sentir-me envergonhado do cargo que exerço, não quero mais ser Deputado.

Gostaria que os Senhores analisassem a minha situação política na minha Região, porque sou um Deputado estritamente distrital, represento aqui nesta Casa quinze Municípios, com honra, com trabalho e com dignidade, principalmente a que mais preservo.

Mas não admito, não me interessa o tamanho do poder de televisão, do poder da Rádio Globo, mas quero deixar aqui manifestado o meu descontentamento, aconteça o que acontecer.

Muito obrigado pela atenção dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua o Horário das Lideranças: PTB, PFL, PT.

(Declinam.)

PP com a palavra. Deputado José Alves.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Quero deixar registrado aqui o convite do Movimento Paranaense pela Manutenção do Monopólio das Telecomunicações, que estará no dia 28 deste mês, às 19 horas, reunidos aqui no Plenarinho da Assembleia Legislativa, para discutir a questão da tentativa de privatização do sistema de telecomunicações.

Há poucos dias, demos aqui alguns dados, que são dados fundamentais e importantes e a necessidade de que esta Casa tome conhecimento através da presença, no Plenarinho da Assembleia, dia 28, a partir das 19 horas, onde lá estarão sendo debatidos assuntos relativos a esta questão, com pessoas de conhecimento a respeito do caso.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queremos agradecer Sua Excelência o Governador Roberto Requião, que nos últimos sessenta dias tem prestigiado muito a

nossa Região Norte, visitando mais de 50 municípios da região de Maringá.

Nós que o acompanhamos em todas as suas idas a Maringá e Região, ficamos felizes em assistir os convênios assinados com as Prefeituras Municipais, repassando verbas para creches, escolas, para pronto-socorros, ginásios de esportes, ajudando a assistência social dos municípios, poços artesianos para a região rural de cada município, óleo diesel para que as Prefeituras mantenham as estradas rurais em boas condições para que os agricultores possam transportar seus produtos, levando ambulâncias aos municípios, levando viaturas para as polícias militares, e nós que o acompanhamos vimos que os Prefeitos da nossa região ficaram contentes e felizes porque o Governador no final do seu mandato lembrou da nossa região.

Por exemplo, em Maringá foram inauguradas 304 casas da família, onde 304 chefes de família receberam a chave da sua casa, onde agora eles têm endereço, onde eles têm sua moradia. Uma casa de mais de 50 metros onde eles vão pagar nada menos do que 20% do salário mínimo.

Outra obra importante também na região de Rolândia é o Contorno Sul da cidade, onde Rolândia, nós temos aqui o grande Deputado que representa aquela cidade e aquela região, Deputado Eurides Moura, e esse Contorno Sul vem desafogar o centro de Rolândia. Uma cidade onde nós passamos constantemente e nós vemos que o centro de Rolândia com o grande tráfego de mais de 20 mil veículos vem perturbando, diariamente, o centro da cidade e com esse Contorno Sul, Deputado Eurides Moura, que é um trabalho seu, que a gente tem acompanhado aqui, há tempos que vemos o seu trabalho e a sua luta para que esse Contorno Sul fosse realizado. E, na semana passada, Deputado Eurides Moura, graças ao seu trabalho junto ao Governador Roberto Requião, nós vimos lá as máquinas trabalhando e eu creio que, em breve, o contorno estará pronto.

O Sr. Eurides Moura - Solicito um aparte.

Quero somar-me ao seu discurso e agradecer como fala de viva voz, a respeito do Contorno Sul de Rolândia que na nossa ótica, tenho dito por mais de uma vez, a obra rodoviária mais importante no momento no Estado do Paraná.

Realmente houve a sensibilidade do Senhor Governador Roberto Requião. A obra está em pleno andamento, a empresa que ganhou a concorrência pública é muito capaz, e, tudo faz crer e se o tempo permitir, até o final de 1994 - ainda no Governo Requião e Mário Pereira - a obra estará concluída. É uma obra importante não só para Rolândia, mas para toda a Região Norte do

Paraná.

Então, parabeno o Senhor Deputado e agradeço, inclusive, fazendo menção àquela obra extraordinária que é o Contorno Sul de Rolândia.

O SR. JOSÉ ALVES - Eu que agradeço, Deputado Eurides Moura, pelo seu aparte.

E muitas outras obras o Governador tem inaugurado em nossa região.

Portanto, nós, que não trabalhamos para o Governador Roberto Requião nas eleições passadas. Mas nos sentimos felizes por ver o Governador atender a nossa região, atender o nosso povo e se houve aí, como se diz, subfaturamento nas Casas da Família, eu creio que Sua Excelência o Governador, que é um Governador sério, um Governador que vem dando por exemplo ao Paraná, irá punir os culposos e, sem dúvida nenhuma, o Governador Roberto Requião sai do Governo, mas continuará sendo um grande representante do Paraná: ou na Presidência da República ou no Senado brasileiro, porque o Paraná precisa de Roberto Requião.

Portanto, meus agradecimentos em nome de todos os prefeitos da região de Maringá, que nos últimos dois meses, teve a presença de Sua Excelência o Governador e não foi de mãos vazias. Foi levar recursos para os nossos municípios, para as nossas prefeituras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrado o Horário do Expediente.

Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados, na qualidade de Titular e Suplentes, para constituir a Comissão Parlamentar, indicando o nome do Sr. Deputado, para constituir a Comissão Parlamentar Especial encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pelas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná de métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 039/94, subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 do corrente mês, por motivo de viagem à Foz do Iguaçu, onde participará de Audiência com a Direção da Itaipu Binacional e Co-

missão de Ilhéus de Rio Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Queremos participar ao Plenário que os Deputados Toti Colaço e Elio Rusch estarão representando este Poder Legislativo amanhã - em Brasília, juntamente com os prefeitos paranaenses para debate com o Relator da Revisão Constitucional, Deputado Nelson Jobin.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que estabelece normas sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin e da Sra. Deputada Emilia Belinati, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 044/93

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se resíduo qualquer lixo, refugo, esgoto, lodo, borra, misturas oleosas e outros materiais que devem ser descartados de uma embarcação ou removidos de uma instalação costeira.

§ 1º - Entende-se como "outros materiais" qualquer substância ou material resultante da operação ou emprego, na embarcação ou instalação costeira, como:

- a) óleo residual da casa de máquinas;
- b) mercadorias contaminadas por agentes poluidores que as tornem impróprias para consumo normal;
- c) peças substituídas e sobras de materiais empregados em manutenção preventiva ou corretiva de embarcações ou de equipamentos de instalações costeiras.

Art. 2º - Os resíduos são classificados em:

- I - resíduos perigosos;
- II - resíduos não perigosos.

§ 1º - Resíduos perigosos são aqueles que apresentem as características definidas pela regulamentação da presente Lei.

§ 2º - Os critérios e procedimentos para o manuseio de resíduos perigosos serão estabelecidos pela mesma normatização referida no parágrafo anterior.

§ 3º - Resíduos não perigosos, são todos os demais resíduos que não se enquadrem como resíduo perigoso, como: resíduos de alojamentos, de cozinha e refeitório de embarcações, lixo industrial que não apresente qualquer risco à saúde ou de combustão espontânea e outros resíduos que sejam comprovadamente não perigosos.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO

Art. 3º - Esta Lei tem por objetivo principal estabelecer, e fazer com que sejam cumpridos, procedimentos e critérios para que as operações de navios, portos, terminais, oleodutos submarinos e costeiros, indústrias litorâneas, plataformas de exploração de petróleo, estações de tratamento de esgoto na costa, emissários submarinos e demais instalações parcialmente poluidoras, situadas próximas da costa, apresentem menor risco de poluírem o mar litorâneo do Estado do Paraná e, quando o fizerem, disponham de recursos humanos e materiais suficientes para o combate à emergência.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 4º - Os portos, terminais, plataformas fixas ou móveis, canteiros de fabricação de plataformas, estaleiros e demais instalações que manipulem ou armazenem petróleo e seus derivados, como refinarias e campos de produção de petróleo, próximo do litoral, deverão possuir sistemas de prevenção e controle de derrame de óleo, na água e no solo, instalação receptora para lastro sujo e água de lavagem de tanque, e seus projetos deverão ser submetidos ao IAP, para análise e julgamento,

antes da solicitação da Licença de Operação.

Art. 5º - Os portos, terminais, estaleiros, bem como as plataformas marítimas e demais instalações que manipulem petróleo e seus derivados e que já estejam em funcionamento na data da publicação desta Lei, deverão submeter ao IAP, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, os projetos referidos no artigo anterior, cuja implantação não deverá passar de (06) seis meses.

CAPÍTULO IV

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA OPERAÇÃO DE NAVIO

Art. 6º - O Licenciamento Ambiental para Operação de Navio será o documento indispensável ao início das operações de cada navio, em porto, terminal ou estaleiro do Estado do Paraná e constará de:

I - Declaração de Conformidade Ambiental - DCA, e

II - Termo de Compromisso Ambiental - TCA.

§ 1º - Os documentos enumerados nos incisos acima, devidamente preenchidos, deverão ser carimbados e visados pela autoridade licenciadora.

§ 2º - O Licenciamento Ambiental para Operação de Navio será regulamentado em 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO V

DAS FONTES GERADORAS DE RESÍDUOS

Art. 7º - São consideradas, para efeito desta Lei, como fontes geradoras de resíduos, as embarcações e as instalações costeiras.

§ 1º - Os resíduos perigosos terão suas características reconhecidas aplicando-se os métodos indicados na regulamentação da presente Lei, e como tal deverão ser tratados.

§ 2º - Cabe à fonte geradora fornecer as informações necessárias à classificação do produto.

§ 3º - Os resíduos não perigosos deverão ser selecionados e dispostos, adequadamente, para destinação final.

§ 4º - As embarcações deverão possuir sistema apropriado para selecionar e dispor seus resíduos, que deverão ser descartados, somente em instalações terrestres.

§ 5º - As instalações costeiras deverão contar com sistemas adequados para receber, selecionar e dispor seus próprios resíduos e os das embarcações que nelas operem.

§ 6º - A disposição final de um resíduo será feita de acordo com critérios es-

tabelecidos pelo IAP.

§ 7º - Os resíduos não biodegradáveis deverão ser incinerados em instalações aprovadas pelo IAP.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE DE RESÍDUOS

Art. 8º - O controle de resíduos perigosos será feito mediante documento próprio que conterá, no mínimo, o seguinte:

I - número, em ordem crescente;

II - nome, logotipo, endereço, telefone e código de identificação da fonte geradora (CIF);

III - nome, endereço, telefone e código de identificação do transportador licenciado (CIT);

IV - nome, endereço, telefone e código de identificação da instalação licenciada (CIL), designada para recebimento do resíduo e da instalação alternativa, se houver;

V - descrição e identificação do resíduo, na conformidade das normas vigentes no País para transporte de produtos perigosos ou outras que venham a ser estabelecidas por órgãos competentes;

VI - quantidade total de cada resíduo em unidade de peso ou volume, número e tipo de "containers" colocados no veículo transportador;

VII - outras informações que venham a ser exigidas pelo IAP.

Art. 9º - Os resíduos não perigosos obedecerão aos seguintes critérios de controle:

I - todos os resíduos deverão ser registrados em documento próprio que indique:

a) número do documento em ordem crescente, local e data do seu preenchimento;

b) nome, logotipo, endereço, telefone, nacionalidade e identificação da fonte geradora e do seu responsável;

c) descrição, identificação e quantidade total de cada classe de resíduo e do "container" em que estiver acondicionado;

d) outras informações que venham a ser exigidas pelo IAP.

II - o documento deverá ser preenchido em 03 (três) vias, ficando uma com o emittente (responsável pela fonte), outra entregue à instalação costeira receptora e a última encaminhada ao IAP.

Art. 10 - A instalação costeira receptora do resíduo será responsável por sua destinação final, devendo para isto providenciar:

I - adequada armazenagem dos resíduos, até a remoção para a destinação final, em

depósitos e locais antecipadamente aprovados pelo IAP;

II - transporte dos resíduos para destinação final, devendo:

a) fornecer ao transportador um documento (documento de transporte e destinação final de resíduo) em que esteja identificado o resíduo e indicados os cuidados para seu manuseio, bem como seu destino final;

b) exigir do transportador recibo da entrega do resíduo;

c) obter uma declaração de que o resíduo chegou ao seu destino;

d) o transporte deverá ser feito em veículo adequado, com todos os dispositivos de segurança necessários, e sinalização convencional;

III - o arquivamento, por (01) um ano, a partir da data da emissão, de toda a documentação referida neste artigo.

CAPÍTULO VII

DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 11 - Esta Lei é aplicável aos portos, terminais marinhos, canteiros de fabricação de plataformas, estaleiros, instalações de atividades petroleiras em geral, indústrias litorâneas, marinas, clubes com atividades marítimas e todas as instalações com potencial de poluir o mar litorâneo do Estado do Paraná.

CAPÍTULO VIII

DAS INSTALAÇÕES COSTEIRAS

Art. 12 - Assim são denominadas, para efeito desta Lei, todas as instalações industriais, de lazer ou particulares, que estejam situadas nas bacias hidrográficas litorâneas e junto às águas costeiras do Estado do Paraná.

Art. 13 - Os portos, terminais, marinas, estaleiros, canteiros de fabricação de plataformas e indústrias litorâneas que operem navios e demais instalações portuárias, deverão dispor de serviços e facilidades para o recebimento de resíduos e misturas oleosas existentes a bordo das embarcações que neles aportam, bem como do lixo e de todo o material que deva ser descartado em terra.

Art. 14 - Todos os portos, terminais e demais instalações portuárias, como definido nesta Lei, deverão dispor de recursos humanos e materiais, bem como de Plano de Contingência adequados e suficientes a um primeiro combate a eventuais emergências, particularmente a derrames de óleo no mar.

Art. 15 - Os estaleiros deverão ser providos de instalações e serviços para receber todos os resíduos que permaneçam na embarcação que a eles se destinem.

Art. 16 - Os resíduos dos portos e das embarcações que neles operem deverão ser, obrigatoriamente, selecionados e enviados à destinação final específica, conforme normas e critérios estabelecidos pelo IAP.

Art. 17 - Os resíduos gerados em instalações portuárias, estaleiros e canteiros de fabricação de plataformas, deverão ter destinação final em conformidade com as normas vigentes em acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Art. 18 - Os resíduos que apresentam grau de perigo deverão receber atenção especial e tratamento conforme condições estabelecidas pelo IAP.

Art. 19 - Em caso de derrame, vazamento ou deposição acidental de óleo, em tratto d'água ou solo, as operações de limpeza e restauração da área e bens atingidos, assim como a destinação final dos resíduos gerados, serão de responsabilidade do porto, terminal, embarcações ou instalações em que ocorreu o incidente, e obedecerão os requisitos do IAP.

Art. 20 - É proibido, salvo licença especial do IAP, a queima de resíduos de qualquer natureza, a céu aberto.

Art. 21 - É proibido o lançamento de qualquer tipo de resíduo no mar litorâneo do Estado do Paraná e em seus ecossistemas.

Art. 22 - Deve ser regulamentada, ouvido o IAP, a utilização de resíduos cujo o destino, finalidade, seja o solo ou alimentação de seres vivos.

Art. 23 - Os projetos específicos de coleta, seleção, transporte e destinação final de resíduos oriundos de embarcações ou da própria instalação portuária, bem como sua implantação, operação e manutenção ficam sujeitos a licenciamento e fiscalização do IAP.

Art. 24 - Os projetos de tratamento e destinação final deverão contemplar, obrigatoriamente, a implantação de programas de controle e eficiência.

CAPÍTULO IX

DAS EMBARCAÇÕES

Art. 25 - Assim são denominadas, para efeito desta Lei, todas as construções destinadas a navegar sobre água, incluindo-se, além dos navios, os barcos de recreio como iates e lanchas, as plataformas fixas e flutuantes, rebocadores e barcos de serviço.

Art. 26 - As tripulações das embarcações deverão ser instruídas no sentido de evitar o lançamento de resíduos ao mar, providenciando para que os mesmos sejam convenientemente acondicionados para seu descarte em instalação terrestre.

Art. 27 - O comandante da embarcação é o responsável pelo cumprimento dos procedimentos previstos nesta Lei, respondendo civil e criminalmente pelos atos que venham provocar danos ao meio ambiente marinho ou a propriedade de terceiros, em consequência do descumprimento desta Lei.

Art. 28 - Sempre que uma embarcação transportar produtos perigosos para portos ou terminais do Estado do Paraná, deverá seu comandante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, comunicar ao IAP e à Capitania dos Portos, as características do produto perigoso, sua quantidade e, se necessário, indicar as providências a serem adotadas para garantir uma operação segura.

Art. 29 - Enquanto a embarcação estiver operando em porto ou terminal, todos os resíduos, inclusive os esgotos sanitários, deverão ser descarregados em instalação receptora terrestre ou, não existindo tal instalação, deverão ser retidos a bordo para alijamento futuro em condições adequadas e previstas em lei.

Art. 30 - É proibido o emprego de produtos químicos no controle de eventuais derrames de óleo, devendo-se nestes casos, providenciar a contenção do produto derramado, seu recolhimento e envio a destino adequado.

Art. 31 - Quando se proceder à lavagem de tanque que tenha contido substância perigosa que possa criar riscos à saúde humana ou à vida marinha, o efluente resultante da operação deverá ser descarregado em uma instalação receptora, enquanto apresentar concentração da substância perigosa acima dos limites considerados seguros para descarte no mar.

Art. 32 - O comandante ou agente de navegação deverá notificar ao IAP, sempre que uma embarcação encontrar qualquer dificuldade para descartar em terra seus resíduos.

Art. 33 - É terminantemente proibido alijar no mar litorâneo do Estado do Paraná qualquer produto fabricado com material plástico, bem como qualquer espécie de lixo, incluindo-se produtos de papel, vidro, metais, louça doméstica, tábuas e materiais empregados em embalagens.

Art. 34 - Os restos de alimentos, quando previamente triturados de modo a passar por peneira com malha de vinte e cinco milímetros, poderão ser lançados ao mar a uma distância de pelos menos dez quilômetros da costa.

Art. 35 - Sempre que ocorra um acidente ou uma situação de real perigo de acidente que envolva a embarcação, deverá o comandante comunicar prontamente o fato ao IAP.

Art. 36 - Quando, por motivo de segurança da embarcação ou de seus tripulantes, for necessário adotar uma medida que contrarie a presente Lei, deverá o fato ser comunicado com a máxima urgência.

Art. 37 - Deverão ser tomadas as providências necessárias para que não ocorra imobilização ou retenção necessárias da embarcação, pela aplicação de procedimentos previstos nesta Lei.

CAPÍTULO X

DAS PENALIDADES

Art. 38 - A não observância dos procedimentos previstos nesta Lei, será considerada falta gravíssima e sujeitará o infrator as penalidades previstas nas Legislações Municipal, Estadual e Federal em vigor.

Art. 39 - Além das penalidades que lhe forem impostas, deverá o infrator ressarcir todas as despesas relacionadas com a falta cometida, tais como: limpeza, dragagem, transporte e alimentação do pessoal envolvido, custos administrativos, recuperação ou substituição de equipamentos, materiais e roupas utilizados.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - A presente Lei será regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias, pelo Poder Executivo.

Art. 41 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(aa) NEIVO BERALDIN

EMILIA BELINATI

Apoio: Ovídio Constantino, Paulo Maia, Valderi Mendes Vilela.

O Projeto vai para a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 350/93, de autoria do Deputado João Preis, que denomina a Cidade de Apucarana de "Capital do Boné do Paraná". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 547/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Ouro Verde, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 687/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo ceder em doação veículo à Casa de Misericórdia de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais, com sede no Município de Pinhais e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 019/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar de Idosos São Vicente de Paulo, no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 021/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Ação Comunitária, Santana, com sede e foro no Município de Sapopema. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 023/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASPRECES - Associação de Esposas dos Prefeitos da Região Centro Sul do Paraná, com sede e foro no Município de Irapati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo, com o voto contrário da Bancada do PT.**

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 024/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Chopinzinho-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 026/94, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Andirá, com sede e foro na Cidade de Andirá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 028/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que modifica o Art. 1º, da Lei n° 8389. (Utilidade Pública). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 031/94, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quatro Barras. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 036/94, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar da Divina Providência de Guaraci, com sede e foro no Município de Guaraci. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 037/94, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Estrela Máxima - Creche Tia Nelma, com sede e foro na Cidade de Londrina-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/94, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Estandarte do Amor, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 046/94, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz do Município de Brasilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 048/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Quatiguá mantenedora da Escola Especial São Lucas, com sede e foro na Cidade de Quatiguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 058/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 041/94, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29/12/93, no valor de Cr\$ 4.020.000.000,00 (quatro bilhões e vinte milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I, desta Lei. Com PARECERES da C.C.J. e C.F..

Há acordo das Lideranças, para a retirada do Projeto dessa Sessão.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, com apoioamento dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Mário Bezerra, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões.

Retirado pelo autor.

ITEM 19

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 003/94, de autoria da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que aprova Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E.M.A..

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 003/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovado nos termos do

art. 209, da Constituição Estadual, o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referente à construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu - Paraná, pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.94

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães, Edson Silva Lino e Basílio Zanusso.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 003/94

P A R E C E R:

Através dos Ofícios n°s SGD-C 1864/93, SGD-C 0134/94 e SGD-C 0250/94, foram encaminhados pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, documentos referentes à Síntese de Empreendimento; Relatório de Impacto Ambiental; Licença de Instalação, juntamente com o Parecer Técnico, respectivamente, objetivando a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu - Paraná.

Da análise do material, constatamos que os mesmos atendem o disposto no art. 209, da Constituição Estadual, bem como as demais exigências com referência aos aspectos ambientais.

Portanto, encontra-se o processo com a documentação necessária ao exame e à aprovação, da construção da Usina de Salto Caxias.

Pelo exposto, esta douta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, manifesta seu parecer favorável, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.94

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Nereu Alves de Moura, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Resolução n° 003/94.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento n° 488, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 382, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante

do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 391, de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério e Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 392 a 395, 487 e 493, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 396 a 400, 417, 433, 464 e 474, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 401, 402, 418 a 421, 462, 489, e 490, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 383, 385 a 387, 405, 427, 428 e 451 a 453, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 430 a 432, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 434 e 435, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 446, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 436, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 442 e 445, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 448, 483 e 492, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 460, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão,

na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 465, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O requerimento diz respeito a seguinte questão: dia 07 de abril é Dia Mundial da Saúde e é a Semana da Saúde.

Num acordo que houve entre as várias bancadas e as lideranças, ficou estabelecido que no mês de abril haveria um Seminário para discutir a questão de salubridade do ambiente de trabalho e a lei que nós votamos em novembro de que seria feito um Seminário em abril.

Então, estamos fazendo este requerimento no sentido de viabilizar este Seminário. É lógico que implica deste Plenário deliberar, inclusive das despesas de passagens, que terão que vir técnicos de fora. E o convite será feito às autoridades do Estado, no sentido de que seja um seminário amplo e que a gente consiga discutir o que abordamos no mês de novembro do ano passado.

É essa a razão do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação o requerimento do Dr. Rosinha. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 466 a 468, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 469, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA - Registre-se o voto contrário do Deputado Mário Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado o voto do Deputado Lourenço Fregonese também.

Requerimentos nºs 470, 482 e 484, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 491, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 406 a 408, 422 a 426 e 476 a 481, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 449 e 450, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 429, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 363, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Tal pedido já foi atendido pela Liderança do PMDB. É aquele que pede sobre a TV SAT. Nós retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está retirado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento)

Senhor Presidente, não existe um regulamento que se refere a regime de urgência no Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Toda matéria pode ter regime de urgência. Solicito um minuto para dar a informação a Vossa Excelência.

"Capítulo 5° - Da Urgência - Artigo 182: Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, mesmo verbal, nas comissões permanentes, para que determinadas proposições sejam imediatamente consideradas até a sua decisão final."

O SR. MÁRIO BEZERRA - Em que cabe regime de urgência, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Todos os projetos. Qualquer Parlamentar pode solicitar regime de urgência ao projeto seu ou às lideranças dos respectivos partidos.

A não ser - o nosso assessor aqui está nos informando - aqueles que têm ritos especiais, não pode ser solicitado regime de urgência.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nada mais havendo a tratar, declaro encer-

rada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 021/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 768/93, 022, 027, 032, 042, 045, 047, 051 e 058/94.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 198/92, de autoria do Senhor Deputado Florisvaldo Fier. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO, com parecer em separado do Deputado Florisvaldo Fier, FAVORÁVEL. Projeto de Lei n° 97/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO, com parecer em separado do Deputado Florisvaldo Fier, FAVORÁVEL. Projeto de Lei n° 324/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 327/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 513/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 520/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
Gisele Pacheco - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 8.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 476/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado João Preis. Pa-

recer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 591/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 592/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
Gisele Pacheco - Secretária